

*O Processo Brasileiro de Construção
da Estratégia e Plano de Ação Nacionais
para a Biodiversidade - EPANB*
CAMINHOS E LIÇÕES APRENDIDAS

República Federativa do Brasil

Presidente
MICHEL TEMER

Ministério do Meio Ambiente

Ministro
JOSÉ SARNEY FILHO

Secretaria Executiva

Secretário Interino
ROMEU MENDES DO CARMO

Secretaria de Biodiversidade

Secretário
JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO)

Diretora
ANA PAULA LEITE PRATES

Departamento de Áreas Protegidas (DAP)

Diretora
MOARA MENTA GLASSON

Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP)

Diretor
UGO EICHLER VERCILLO

Departamento de Patrimônio Genético (DPG)

Diretor
RAFAEL DE SÁ MARQUES

Apoio técnico e financeiro**Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit mbH – GIZ****GIZ no Brasil**

Diretor Nacional
Wolf M. Dio

Programa Florestas Tropicais

Diretor
Anselm Duchrow

Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Diretor Geral
Michael Scholze

Instituto de Manejo e Certificação Florestal - IMAFLORA

Secretário Executivo Adjunto
Roberto Palmieri

UICN no Brasil

National Representative
Márcio Dionísio de Souza

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria da Biodiversidade
Departamento de Conservação de Ecossistemas
SEPN 505, Bloco B, Ed. Marie Prendiz Cruz, Sala 416
Brasília – DF
CEP: 70730-542

*O Processo Brasileiro de Construção
da Estratégia e Plano de Ação Nacionais
para a Biodiversidade - EPANB*
CAMINHOS E LIÇÕES APRENDIDAS

Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Avaliação do processo e os resultados da atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), incluindo a internalização das Metas de Aichi no Brasil, a formulação das Metas Nacionais de Biodiversidade e seus Indicadores de Monitoramento.

Contrato GIZ 83238348 – 2016

Equipe para a produção deste documento

Pedro Gasparinetti Vasconcellos (coordenação)
Daniel Kieling

Entrevistas

Ana Gabriela Fontoura

Edição e Revisão

Maria Carolina Santana

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Renata Fontenelle

Capa

foto: Paulo de Araújo/MMA

Coordenação Geral

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Coordenação Técnica

Iona'i Ossami de Moura	DECO/Sbio/MMA
Armin Deitenbach	GFA/GIZ
Miguel Ávila Moraes	UICN Brasil
Carolina Del Lama Marques	UICN Brasil
Roberto Palmieri	IMAFLOA

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica. O projeto é uma realização do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA –, no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima – IKI – do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear – BMUB – da Alemanha. O projeto conta com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ – GmbH e apoio financeiro do KfW Banco de Fomento Alemão.

Introdução e contexto

O livro Processo Brasileiro de Construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) - Caminhos e Lições Aprendidas apresenta o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com representantes de diversos setores da sociedade em torno da EPANB para conduzir o **planejamento e a coordenação de ações para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade**.

A EPANB é um instrumento que também contribui para comunicar pautas ambientais complexas à sociedade, contribuindo para que governo, setor privado e sociedade civil tenham um papel ativo na construção e monitoramento de ações relacionadas às Metas Nacionais de Biodiversidade, assim como na cobrança e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente.

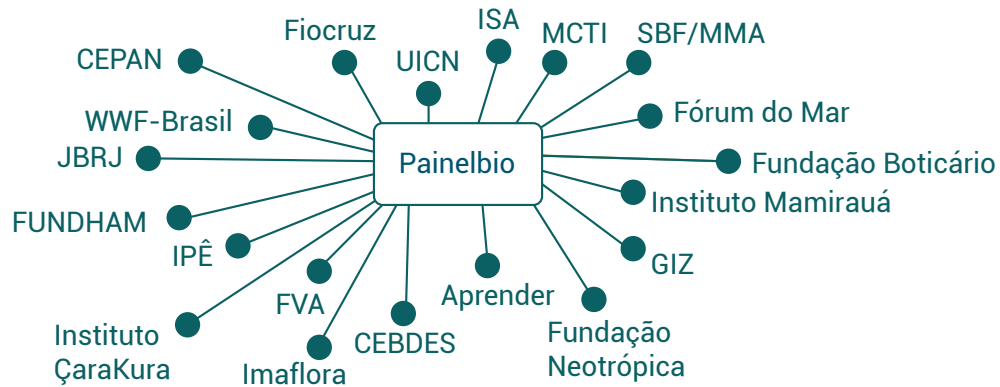
Construir a EPANB em um país do tamanho do Brasil é um desafio. O processo envolve diálogos que buscam contemplar objetivos e anseios de uma grande equipe multissetorial, um processo vivo de coordenação de múltiplas ações, que naturalmente implicam em um processo de aprendizagem, com mudanças conceituais e institucionais, assim como as dificuldades inerentes à coordenação de múltiplas ações simultâneas, não escapam à construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade.

Os dilemas e avanços que envolveram esse processo são agora apresentados e compartilhados neste documento. Nosso ponto de partida é o contexto internacional que gerou o conceito de EPANB, destacando as instituições e as principais referências envolvidas. Em seguida, apresentamos a trajetória de construção da EPANB brasileira, desde 2010 destacando seu desenvolvimento a partir de diálogos participativos que garantiram a presença de atores de diferentes setores da sociedade.

O Processo Brasileiro de Construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) - Caminhos e Lições Aprendidas também apresenta os indicadores e conceitos resultantes das discussões do PainelBio, realizadas entre 2014 e 2016, e registradas como um marco nacional no início da promoção de diálogos multissetoriais e integradores sobre as principais questões ambientais abordadas, assim como descreve de forma sucinta o processo de adesão dos demais setores da sociedade à EPANB. A última etapa deste documento abre espaço às reflexões e lições aprendidas, englobando as mudanças conceituais que surgiram ao longo do processo, os avanços obtidos e os próximos desafios.

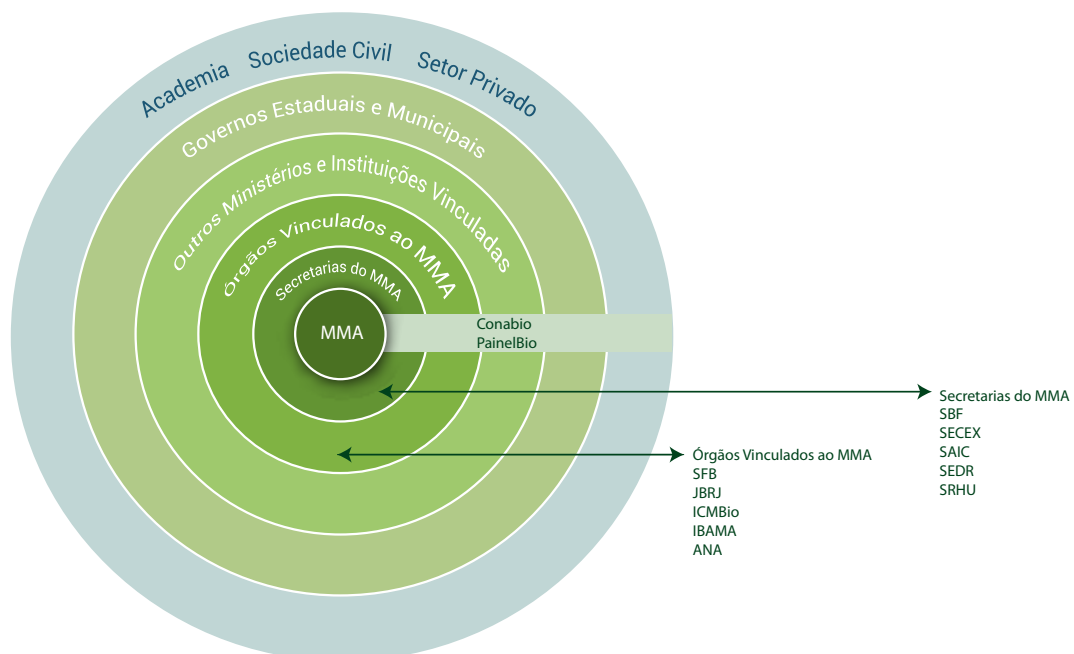
Atores envolvidos

Uma equipe multissetorial, coordenada pela Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente – SBio/ MMA é responsável pela construção e também pela atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade.



Conselho deliberativo do PainelBio

O PainelBio tem em sua secretaria executiva a UICN, com um papel central na atualização e implementação da EPANB. O apoio técnico para realização, que inclui o conceito dos estudos que embasaram as discussões sobre os indicadores para esse trabalho é da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – GIZ, também integrante do PainelBio.



Rede para a atualização da EPANB e implementação das metas nacionais. (Fonte: 2ª versão da EPANB)

Contexto histórico

As Metas Globais de Biodiversidade são definidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), principal fórum mundial para questões ambientais. A Convenção foi criada em 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92. Quem dirige a CDB é a Conferência das Partes (do inglês *Convention of the Parties* - COP), que reúne-se a cada dois anos para avaliar os avanços alcançados pelos países participantes na implementação da CDB.

Os países envolvidos (Partes) devem elaborar e desenvolver estratégias e planos de integração da biodiversidade com seus setores econômicos, programas e políticas públicas, além de planos multissetoriais que estejam de acordo com as Metas Globais de Biodiversidade. Para reduzir a taxa de perda de biodiversidade, dois conjuntos mundiais de metas já foram definidos: (I) as Metas para 2002-2010; e (II) as Metas para 2011-2020.

Uma estrutura de metas e indicadores globais para 2010 foi aprovada pela CDB e assumidas pelas Partes, durante a 7ª COP, 2004 e atualizada e complementada na 8ª COP, realizada em Curitiba, Paraná, em 2006. O compromisso foi atingir uma redução significativa da taxa global de perda de biodiversidade, objetivo que não foi alcançado completamente por nenhum país, como constatou, em 2010, o Panorama da Biodiversidade Global (GBO 3).

Após esse resultado foi pensado um novo Plano Estratégico da CDB, que propôs um novo conjunto de metas, ambicioso, porém realista, para os anos de 2011 a 2020. O plano apresenta 20 metas, chamadas Metas de Aichi, e que foram definidas na cidade de Nagoya, Província de Aichi, no Japão, durante a COP 10.

As Partes foram convidadas a definir seus próprios objetivos, considerando as necessidades e prioridades nacionais e suas contribuições para o cumprimento das metas globais. Assim, por meio da Resolução CONABIO nº06/2013, o Brasil firmou 20 Metas Nacionais, espelhadas nas Metas Globais de Biodiversidade.

Processo brasileiro

Painelbio

Em 2014 foi criado o Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), uma plataforma colaborativa multissetorial para fomentar o alcance das Metas de Aichi e das Metas definidas pela CONABIO no Brasil. As discussões para o formato proposto aconteceram entre 2012 e 2013, e a ideia foi oficialmente apresentada durante a Conferência Rio+20.

O PainelBio é formado por uma rede voluntária de organizações de diferentes setores da sociedade com reconhecimento nas áreas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa rede é formada por representantes da academia, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, órgãos do governo, empresas e instituições da cooperação internacional.

Sua missão é integrar esforços para o alcance das Metas de Aichi no Brasil. Como objetivo, deve promover sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas associadas às Metas Brasileiras.

White papers

Via PainelBio, o Brasil baseou-se em um modelo de investimento profundo na definição dos indicadores de biodiversidade. Isso foi feito ao longo de cinco seminários para a discussão sobre os indicadores, que por sua vez foi estruturada de acordo com objetivos estratégicos das Metas Brasileiras.

Para dar subsídio às oficinas de definição dos indicadores, ao longo de 2014 e 2015, foram desenvolvidos, os *white papers*, documentos que têm como objetivo mapear e propor modelos conceituais e indicadores adequados para analisar e monitorar cada uma das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Ao todo foram produzidos cinco *white papers*, um para cada Objetivo Estratégico, com assessoria da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) por meio de três projetos de cooperação com o Ministério de Meio Ambiente (Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica, Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC-LifeWeb e TEEB Regional Local: Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial).

Os trabalhos foram desenvolvidos por consultores especialistas nos temas, utilizando a metodologia do guia *Biodiversity Indicators Partnership* (BIP, 2012), oficialmente adotada e adaptada pelo Brasil.

Fortalecimento da EPANB

Para fortalecer a Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB, foi realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2016 a “Oficina para o fortalecimento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB”, reunião ampla do PainelBio, realizada em parceria com o MMA e GIZ, onde foi discutido como fortalecer o documento da EPANB, tendo sido criados três Grupos de Trabalho (GTs) relacionados aos temas: Integração das questões de gênero; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Metas Nacionais de Biodiversidade.

Grupo de Trabalho Equidade de Gênero: Antes da criação dos GTs, o Brasil havia sediado nos dias 27 e 28 de junho de 2016, em Brasília, a oficina “Transversalização da Perspectiva de Gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade”, que contou com a presença de 45 mulheres representantes de povos indígenas, quilombolas, organizações sociais, organizações não governamentais, zonas urbanas e rurais, e pesquisadoras de universidades. O grupo apresentou e discutiu questões relacionadas à equidade de gênero, resultando em mais de 80 sugestões para fortalecer o documento da EPANB.

Na sequência, na “Oficina para o fortalecimento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB”, o GT Equidade de Gênero aportou e discutiu as sugestões gerados durante o evento com as lideranças participantes.

Grupo de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: Teve como objetivo explorar as sinergias entre a EPANB e o processo brasileiro de alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de suas 169 metas, e tirar proveito dos esforços de articulação e monitoramento empreendidos no contexto das Metas Nacionais de Biodiversidade. Propôs recomendações sobre uma visão estratégica e sistêmica da conservação da biodiversidade, considerando ações relacionadas ao amplo tema do desenvolvimento sustentável, como por exemplo saúde, segurança, pobreza, gestão dos recursos hídricos. Recomendou aumentar a representatividade no processo de construção da EPANB e integrar ações propostas nos fóruns que estão trabalhando diretamente com a implementação dos ODS no Brasil.

Grupo de Trabalho sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade: Contou com representantes de diversos setores do governo, instituições privadas e terceiro setor. Discutiu cada uma das vinte Metas Brasileiras, identificando ações e indicando responsáveis e possíveis parceiros para alcançá-las.

As principais recomendações feitas pelo grupo estiveram relacionadas à importância da coordenação de planos setoriais, da interlocução entre ministérios, e de envolver estados e municípios no processo, assim como povos indígenas, comunidades tradicionais. Também foi ressaltada a necessidade de se dar destaque às relações de dependência e impacto de setores econômicos com o meio ambiente, com ênfase aos custos econômicos da perda de biodiversidade, e de compilar e divulgar informações no Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBR).

Adesão dos demais setores da sociedade

O caráter dinâmico e multisetorial da EPANB exige que ela seja atualizada periodicamente. Assim, após a finalização da primeira versão da EPANB, que tinha como principal enfoque a SBio, o MMA conduziu um processo de mobilização das outras secretarias do MMA e suas vinculadas e outras instituições governamentais e não-governamentais buscando obter adesões à EPANB. Por meio desse processo foi possível que todos os atores envolvidos na revisão da EPANB pudessem revisá-la e complementá-la com as ações e iniciativas de sua responsabilidade, que foram incorporadas ao Plano de Ação para a Biodiversidade e contribuir para que o País atinja as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

No processo de elaboração da segunda versão da EPANB, 231 instituições foram convidadas a aderir ao processo, enviando suas contribuições. Desse universo, 66 instituições contribuíram tanto no texto quanto no Plano de Ação, sendo que 52 contribuíram apenas nas ações. O Plano de Ação recebeu o incremento de cerca de 700 ações no período de outubro a dezembro de 2016, distribuídas nas 20 Metas Nacionais. Após a primeira revisão para eliminação de redundâncias, em abril de 2017, o Plano de Ações conta com 712 ações no total, sendo 68 da SBio e 644 das demais instituições aderentes.

Atualmente a EPANB conta com a seguinte estrutura de governança:

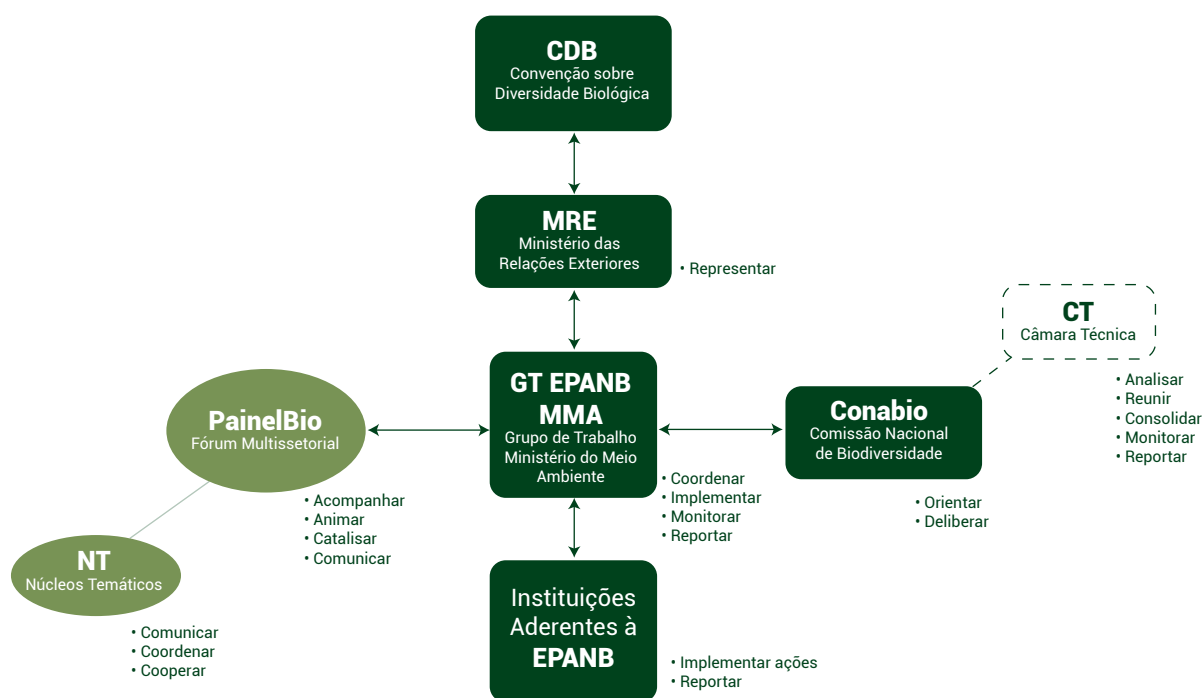
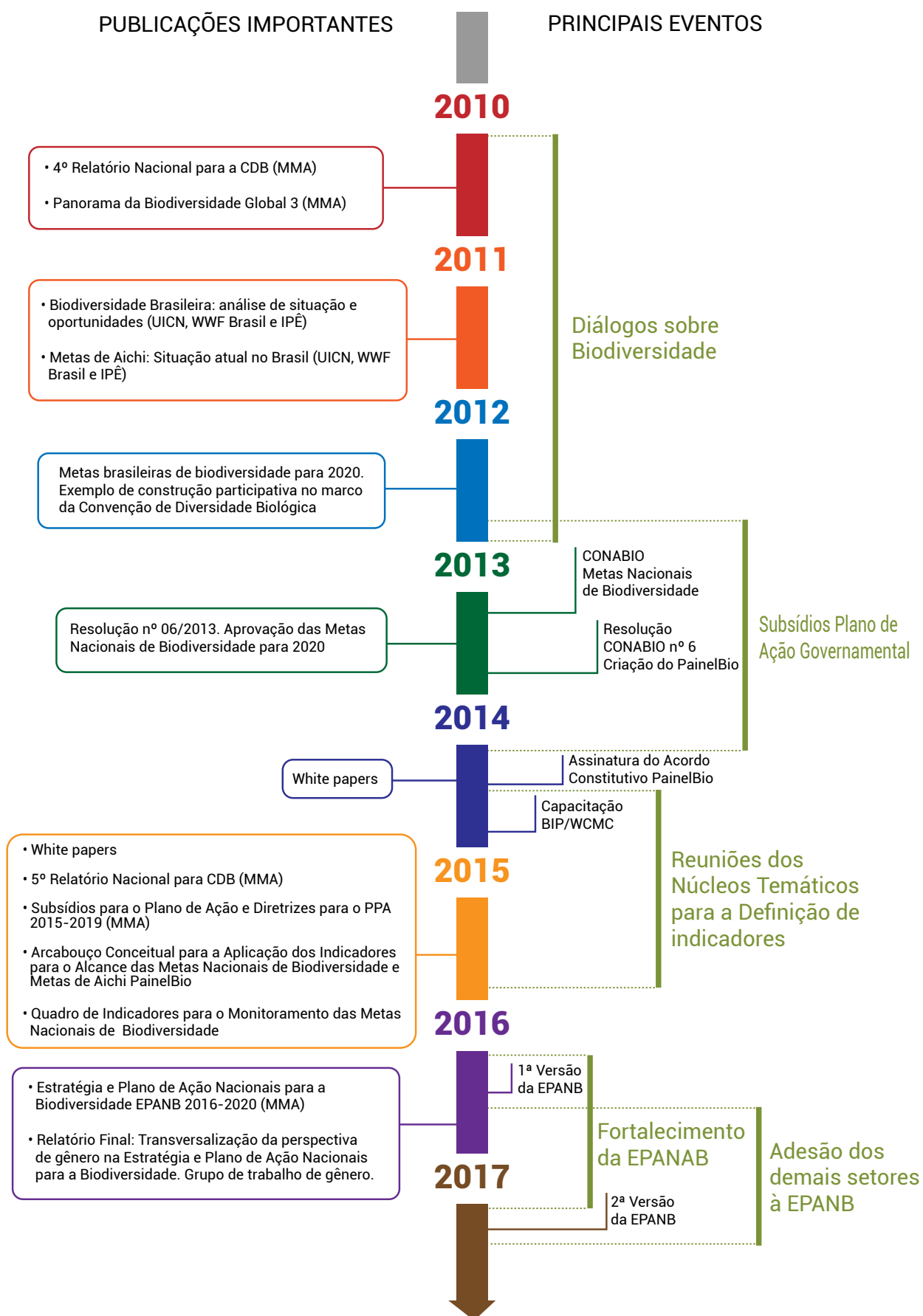


Diagrama da Estrutura de Governança para a Implementação da EPANB.

Linha do tempo



Resultados

O processo de construção da EPANB tem produzido uma série de documentos e publicações que contribuem para definir prioridades, subsidiar e avaliar o processo. As oficinas do PainelBio tiveram como principais resultados, além da promoção do diálogo em si, a definição dos conceitos envolvidos e a seleção de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade

Com o objetivo de completar o longo processo de diálogo sobre as Metas, foram buscados atalhos para torná-lo mais dinâmico, evitando partir para uma discussão de definição de ações sem antes ter clareza e objetividade sobre o assunto.

Deste desafio surgiu a proposta de se trabalhar com indicadores para as Metas antes de se chegar às discussões sobre as ações direcionadas para alcançá-las. A abordagem focada nos indicadores foi uma maneira de trazer materialidade à Metas extremamente amplas e aspiracionais, em que, para poucas, era possível trazer aspectos quantitativos concretos.

Os diagramas a seguir apresentam um resumo esquemático sobre os **indicadores** selecionados pelo PainelBio para as 20 Metas de Biodiversidade, relacionados dentro de seus respectivos Objetivos Estratégico.







Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos



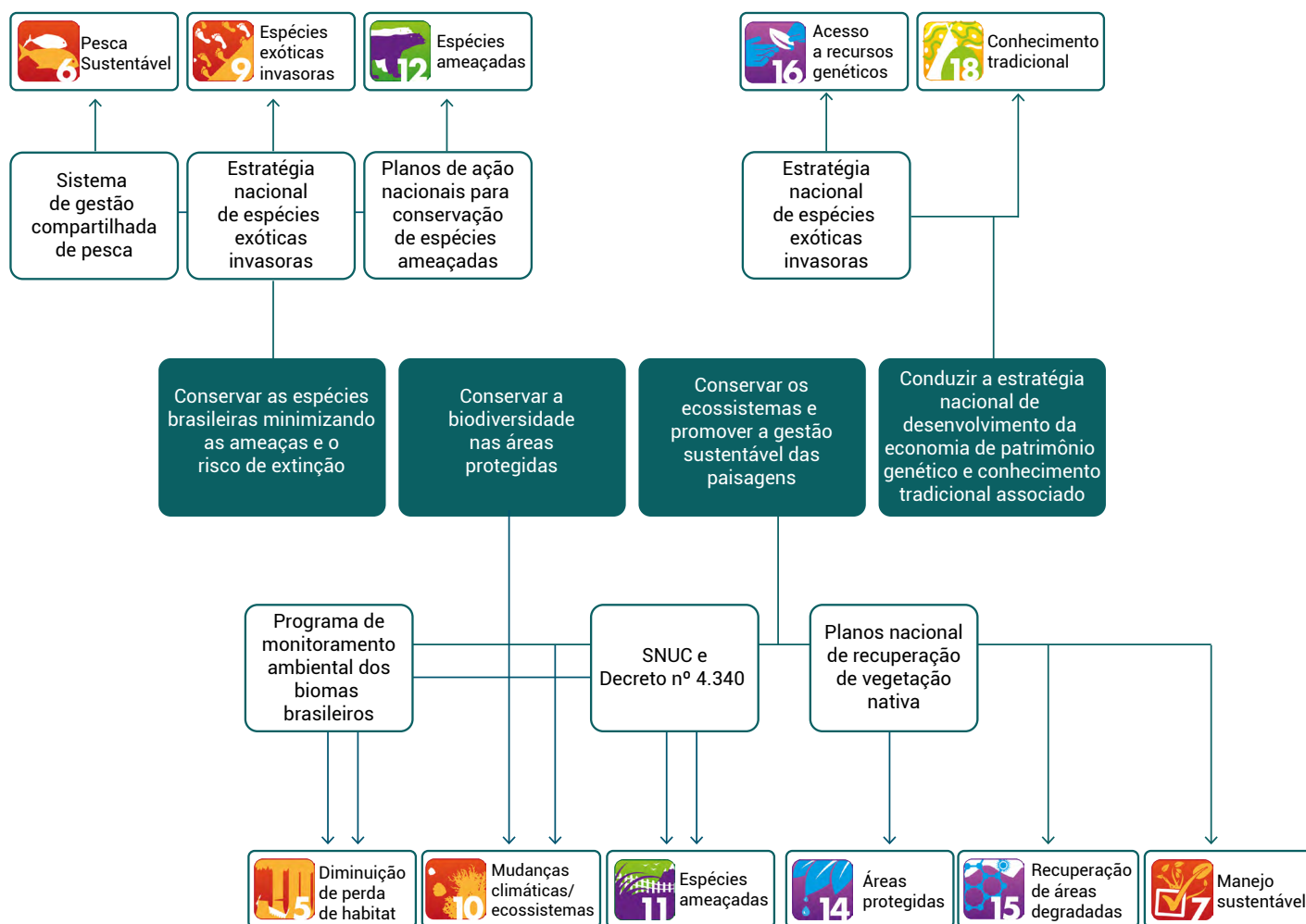
Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo,
gestão de conhecimento e capacitação

Objetivo Estratégico E

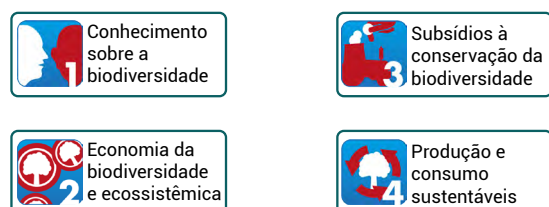


Políticas e ações

A 1ª Versão da EPANB foi concebida de forma a estar alinhada aos objetivos estratégicos da SBio. O diagrama a seguir apresenta a relação entre as Agendas Prioritárias da Secretaria de Biodiversidade / MMA, algumas das principais ações e políticas ligadas a ela e as metas as quais se relacionam direta ou indiretamente.

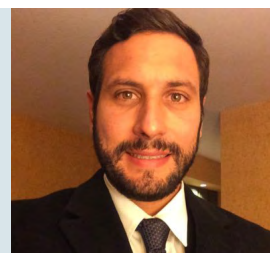


Metas indiretamente ligadas



Fala dos participantes

“O PainelBio é uma lição que o país está podendo mostrar aos outros. Hoje se tem um conjunto de indicadores e uma visão concreta das dificuldades em atingir as metas, o que foi um avanço”.



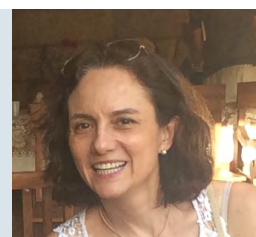
Miguel de Moraes
Ex-Coordenador Nacional Interino do
Escritório Brasileiro da UICN

“O principal avanço foi a mobilização de setores que antigamente não estavam mobilizados para o processo. Historicamente, vários segmentos da sociedade brasileira já estavam naturalmente mobilizados, mas outros ainda não. Assim, o PainelBio mostrou ser um fórum de grande diversidade e isso é um avanço muito importante”.



Helder Queiroz
Coordenador do Instituto Mamirauá

“O PainelBio foi importante para chegar a consensos sobre os conceitos usados nas metas e sobre seus indicadores - sobre o que se mede, o que conta para a meta, e como se mede. Os consensos alcançados são valiosos, e devem ser revisitados em 2020”.



Maria Olatz Cases
Diretora do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata
Atlântica - Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)

“Como lições, ficam dois pontos: (I) é imperativo ter um planejamento de longo prazo para o processo como um todo. Uma estratégia de estruturação da EPANB desde o início facilita a integração de outras instituições. Hoje temos problemas em conseguir muitas adesões de instituições que não identificam espaço de contribuição no documento que foi estruturado como um documento interno da SBio. (II) é importante ter o envolvimento da mais alta direção no processo para que haja maior poder de coordenação, delegação e convocatória”.



Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza
Ex-Diretor do Departamento de Ecossistemas/MMA

Conclusão

Construir EPANB brasileira é um desafio. O processo tem sido desenvolvido ao longo várias etapas é marcado pela construção coletiva a partir de um diálogo multissetorial amplo e participativo, que contempla necessidades, dificuldades e interesses de todos os atores envolvidos. A principal preocupação do Ministério do Meio Ambiente é que todos os setores - governamental, academia, empresarial e sociedade civil, estejam envolvidos com a conservação da biodiversidade, de modo que o tema esteja na pauta do planejamento de todos.

Espera-se que a divulgação da EPANB e sua implementação, bem como as ações nela previstas, possam orientar iniciativas de **coordenação e sinergia** entre instituições e políticas, identificando possíveis contribuições e colaborações entre iniciativas, que de outra maneira não conseguiriam explorar o potencial de coordenação entre elas. Além disso, são esperadas também explorar as sinergias com o processo brasileiro de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representa um grande esforço de articulação institucional, e que certamente pode beneficiar-se dos esforços de articulação e monitoramento empreendidos no contexto das metas nacionais de biodiversidade.

Os avanços alcançados até aqui e os desafios que estão por vir indicam que a conservação da biodiversidade do Brasil, bem como sua representatividade na escala mundial, ganharam um significado substancial e abrangente, que determina a urgência da implementação de políticas públicas para o meio ambiente focadas e articuladas para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.



Reserva Extrativista da Marinha - Cururupu/MA. Foto: Gilberto Soares/MMA.



Sumário

Lista de Figuras	21
Apresentação	23
1. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB / NBSAP	24
Atores envolvidos na construção da EPANB	24
2. Contexto histórico	25
Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)	25
Metas Globais de Biodiversidade - Metas de Aichi	26
Metas Nacionais de Biodiversidade	26
3. Metodologia da EPANB	29
O processo brasileiro	35
1. Diálogos sobre a Biodiversidade	37
2. Subsídios para um plano de ação governamental	42
3. PainelBio	44
Papel e Importância	45
4. Processo de Elaboração dos Indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade	47
White Papers	47
5. Fortalecimento da EPANB (ODS, metas nacionais e equidade de gênero)	50
Grupo de Trabalho ODS	50
Grupo de Trabalho sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade	52
Grupo de Trabalho sobre Equidade de Gênero	54
Alinhamento com Planejamento Estratégico da SBio/MMA	56
Resultados do Processo	61
1. Resultados das oficinas: Indicadores e conceitos	63
2. Objetivo Estratégico A	63

3. Objetivo Estratégico B	67
4. Objetivo Estratégico C	71
5. Objetivo Estratégico D	74
6. Objetivo Estratégico E	76
Avanços, Desafios e Lições aprendidas	81
Desafios para o futuro	83
Equilíbrio entre ação e participação	83
Comunicação e Diálogo	83
Coordenação entre Instituições	85
Coordenação entre políticas públicas e instituições	86
Conclusão	91
Bibliografia	93
Anexos	95
Anexo A - Resolução CONABIO nº 6, 2013	95
Anexo B – Sugestões resultantes das oficinas do GT de Equidade de Gênero	102

Figura 1. Rede para a atualização da EPANB e implementação das metas nacionais	25
Figura 2. Diagrama sobre as revisões da EPANB, desenvolvimento de metas e comunicação	30
Figura 3. Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade	30
Figura 4. Diagrama da Estrutura de Governança para a Implementação da EPANB.	31
Figura 5. Linha do tempo do processo de atualização da EPANB, definição das Metas Nacionais para a Biodiversidade e principais publicações do processo de elaboração e atualização da EPANB.	36
Figura 6. Arranjo Institucional do Comitê Ampliado.	39
Figura 7. Resumo do processo "Diálogos sobre a Biodiversidade"	41
Figura 8. Etapas do processo de elaboração dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019.	42
Figura 9. Processo de relação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 e as causas identificadas responsáveis pela perda de biodiversidade no Brasil.	43
Figura 10. Conselho deliberativo do PaineBio.	45
Figura 11. Representação da Metodologia BIP utilizada para proposição de indicadores	47
Figura 12. As quatro etapas da metodologia adotada nas oficinas.	54
Figura 13. Proposta de ações em relação à equidade de gênero a serem incluídas no Plano de Ação	55
Figura 14. Linha do tempo das Reviravoltas Conceituais.	57
Figura 15. Relação entre as Agendas Prioritárias da SBio, algumas das principais ações e políticas ligadas a ela e as metas as quais se relacionam direta ou indiretamente.	58
Figura 16. Diagrama do caminho adotado no processo de construção dos indicadores.	61
Figura 17. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico A.	63
Figura 18. Relação de indicadores - Objetivo Estratégico B.	67
Figura 19. Relação de indicadores - Objetivo Estratégico C.	71
Figura 20. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico D.	74
Figura 21. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico E.	76
Figura 22. Frequência de indicadores por Meta de acordo com o Objetivo Estratégico no qual a mesma encontra-se inserida. Onde: * = número de indicadores que podem vir a representar a Meta em breve.	79



Apresentação

A **Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB)** é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolvida junto a diversos parceiros para conduzir o planejamento e a coordenação de ações para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

A EPANB destaca indicadores para o monitoramento das questões socioambientais em foco, sendo uma maneira simples de explicar à sociedade questões complexas, traduzidas em números para facilitar o entendimento e contribuir para que a população tenha um papel ativo no acompanhamento e cobrança de soluções.

Construir a EPANB em um país de grande tamanho e complexidade como o Brasil é um desafio. O processo tem caminhado por diversas etapas, com mudanças conceituais e institucionais, além das dificuldades inerentes à coordenação de múltiplas ações simultâneas por uma equipe relativamente pequena.

Os dilemas e avanços que envolveram este processo são agora apresentados e compartilhados no produto "O Processo Brasileiro de Construção da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) - **Caminhos e Lições Aprendidas**".

1. O ponto de partida é o **contexto internacional** que gerou o conceito de EPANB, as instituições envolvidas e os principais conceitos Envolvidos.
2. Em seguida, apresenta a **construção da EPANB brasileira**, onde descreve a trajetória histórica desde 2010, destacando seu desenvolvimento e componentes, a partir de diálogos participativos que garantiram o envolvimento de atores de diferentes setores da sociedade nessa construção. Também apresenta os **indicadores e conceitos** resultantes das discussões do PainelBio, realizadas entre 2014 e 2016.
3. A última etapa do produto abre espaço às **reflexões e lições aprendidas**, englobando as mudanças conceituais que surgiram ao longo do processo, os avanços obtidos e os próximos desafios.

1. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB / NBSAP

A EPANB define como o Brasil pretende cumprir os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e todas as suas etapas, legitimando-se como o **principal instrumento de planejamento e coordenação** para o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade. Esse processo está previsto na Meta de Aichi 17 (CDB COP-10), que define o ano de 2015 como data limite para a adoção de uma estratégia nacional de biodiversidade bem como um plano de ação efetivo, participativo e atualizado.

As ações da EPANB têm como **objetivos**:

- Integrar a biodiversidade em estratégias nacionais amplas;
- Assegurar a disponibilidade de informação e conhecimento para as ações;
- implementação;
- financeiros;
- Promover a identificação e utilização de indicadores.

O planejamento dessas ações é um **processo vivo**. Participam dessa construção diferentes setores sociais e de gestão pública, envolvidos em um diálogo amplo que permite idas e vindas e mudanças de cenário com novas e mais informações que, por sua vez, estimulam um processo de retroalimentação constante de revisão e atualização.

Atores envolvidos na construção da EPANB

Uma grande equipe multissetorial, coordenada pela **Secretaria de Biodiversidade (SBio) do Ministério do Meio Ambiente – SBio/MMA** é responsável pela construção e também pela atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade.

O PainelBio tem em sua secretaria executiva a UICN, com um papel central na atualização e implementação da EPANB. O apoio técnico para realização, que inclui o conceito dos estudos que embasaram as discussões sobre os indicadores para esse trabalho é da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável – GIZ.

Setor privado, sociedade civil, academia, governos estaduais e locais também fazem parte do processo, além da Comissão Nacional de Biodiversidade – **Conabio** e a rede de apoio da SBio, que conta com o envolvimento de outros ministérios e órgãos como Serviço Florestal Brasileiro

- SFB, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ.

Entenda como funciona a rede de instituições que estão envolvidas com a construção e a atualização da EPANB brasileira:

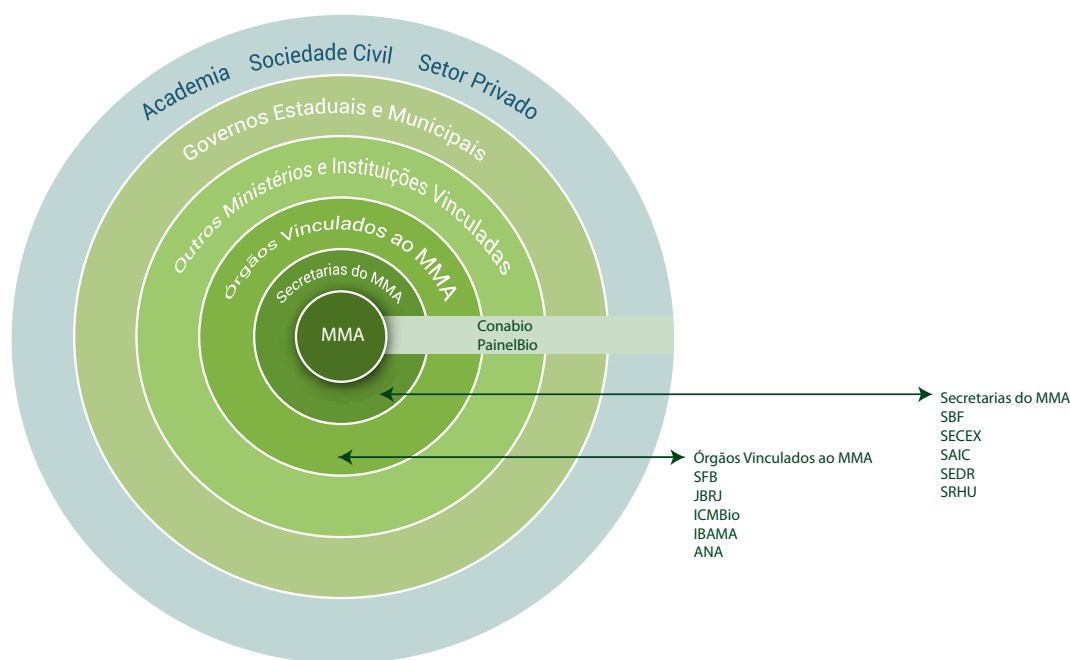


Figura 1. Rede para a atualização da EPANB e implementação das metas nacionais (Fonte: EPANB 2º versão, no prelo)

2. Contexto histórico

Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

A *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)* é o principal fórum mundial para questões ambientais. Assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro (**ECO-92**), a Convenção é um tratado da ONU sobre o meio ambiente e objetiva conservar a biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa dos benefícios derivados de seus recursos genéticos.

A CDB é reconhecida como um **marco histórico na proteção da natureza** e por enfatizar a responsabilidade territorial que cada nação tem para com seus recursos naturais. É dirigida pela *Conferência das Partes* (do inglês *Convention of the Parties - COP*), uma governança que pretende avançar na implementação da CDB por meio das decisões resultantes de suas reuniões periódicas, que acontecem a cada biênio.

CDB

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) começou a ser negociada em 1991 e foi assinada por 194 países durante a ECO-92, no Brasil.

Convenção entre as partes

A cada dois anos ocorrem sessões da Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As últimas aconteceram em Hyderabad, na Índia (2012 - COP 11), em Pyeongchang, na Coreia do Sul (2014 - COP 12) e em Cancún, no México (2016 - COP 13).

Metas Globais de Biodiversidade - Metas de Aichi

A CDB define periodicamente um **conjunto de Metas Globais de Biodiversidade**, para as quais os países envolvidos devem elaborar e desenvolver suas estratégias e planos de integração da biodiversidade com setores econômicos, programas e políticas públicas, e planos multissetoriais que estejam de acordo com esse conjunto de Metas. Para reduzir a taxa de perda de biodiversidade, dois conjuntos globais de metas já foram definidos:

(I) as Metas para 2002-2010 e

(II) as Metas para 2011-2020.

As metas para 2010 foram aprovadas pela CDB em 2002, e assumidas pelos países presentes na *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, em Johannesburgo, na África do Sul. O compromisso acordado era de atingir, até 2010, uma redução significativa da taxa global de perda de biodiversidade, objetivo que não foi alcançado completamente por nenhum país, como constatou, em 2010, o Panorama da Biodiversidade Global (GBO 3).

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável,

Aconteceu em Johannesburgo, na África do Sul, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002. O objetivo central foi discutir os avanços propostos na ECO-92.

“Tendo revisado todas as evidências disponíveis, incluindo relatórios nacionais apresentados pelas Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, esta terceira edição do Panorama da Biodiversidade Global conclui que o objetivo não foi cumprido. Além disso, o Relatório alerta: as principais pressões que conduzem à perda de biodiversidade não são apenas constantes, mas estão, em alguns casos, se intensificando.”

BAN Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas (2010) em prefácio do Panorama da Biodiversidade Global 3.

Após esse resultado foi pensado um **novo Plano Estratégico da CDB**, que propôs o estabelecimento de um novo conjunto de metas, ambicioso, porém realista. Este processo, associado às negociações da COP-10, levou à aprovação de um novo plano estratégico para os 10 anos seguintes. O plano apresenta 20 metas, chamadas **Metas de Aichi**, e focadas em diminuir a perda da biodiversidade global.

Metas Nacionais de Biodiversidade

Em 2006, o Brasil adotou oficialmente uma Estratégia Nacional com a definição das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010 (Resolução nº03 da CONABIO). Ao final do período, conforme a avaliação do *4º Relatório Nacional para a CDB*, do conjunto de 51 metas propostas, 2 foram totalmente alcançadas e 14 tiveram notáveis progressos.

Após a definição das metas da CDB para os anos de 2011 a 2020, os países envolvidos precisaram identificar a consonância das novas metas com seu contexto nacional, além de verificar a necessidade de incluir outras metas para auxiliar no alcance dos objetivos estratégicos. Assim, as Partes foram convidadas a definir seus **próprios objetivos**, considerando as necessidades e prioridades nacionais e suas contribuições para o cumprimento das metas globais, bem como realizar discussões participativas com atores relevantes, e pela institucionalização do governo.

Nesse sentido, **o Brasil firmou 20 Metas Nacionais** através da *Resolução CONABIO nº06/2013*, espelha-
das nas Metas Globais de Biodiversidade que foram definidas em Nagoya, no Japão, durante a COP 10.

4º Relatório

Um dos apontamentos do 4º Relatório Nacional para a CDB foi a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

“O ICMBio foi criado para dar um foco mais específico à conservação na gestão ambiental federal. Tem as atribuições de tratar da criação e gestão de unidades de conservação e de definir e aplicar estratégias para a conservação da biodiversidade, em particular das espécies ameaçadas de extinção, protegendo o patrimônio natural brasileiro e promovendo o uso sustentável da biodiversidade em unidades de conservação de uso sustentável.”

Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente (2011)

Resolução CONABIO nº 06/2013

A CONABIO decidiu adotar as metas nacionais de biodiversidade para 2011-2020 e propor a sua implementação pelo Poder Público Federal. Essa decisão considerou a definição da CDB, que estabeleceu o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, incluindo as Metas de Aichi de Biodiversidade, que deve ser implementado pelas Partes e demais Governos, com o apoio de organizações intergovernamentais e outras.

Política Nacional de Biodiversidade (PNB)

Instituída pelo Decreto nº 4.339/2002, ela estrutura as bases de uma política de biodiversidade tendo por base as orientações da CDB. Com a instituição das diretrizes para a implementação da PNB, o PRONABIO foi modificado (Decreto nº 4703/2003) para passar a ser a instância responsável pela coordenação da implementação da PNB, tendo sido convertido posteriormente na Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO).

Os componentes da Política Nacional de Biodiversidade foram estabelecidos com base nos artigos temáticos da Convenção sobre Diversidade Biológica, sendo considerados como os eixos temáticos que orientam suas etapas de implementação.

- Conhecimento da Biodiversidade
- Conservação da Biodiversidade
- Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade
- Monitoramento, avaliação e mitigação de impactos sobre a biodiversidade
- Acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios
- Informação, sensibilização pública e educação
- Fortalecimento institucional

Seu plano estratégico propõe uma divisão das metas em **5 grandes Objetivos Estratégicos**:

Objetivo Estratégico A

Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade.



1 Conhecimento sobre a biodiversidade



3 Subsídio à conservação da biodiversidade



2 Economia da biodiversidade e ecossistema



4 Produção e consumo sustentáveis

Objetivo Estratégico B

Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável.



5 Diminuição da perda de habitat



8 Redução da poluição



6 Pesca sustentável



9 Espécies exóticas invasoras



7 Manejo sustentável



10 Mudanças climáticas/ ecossistemas

Objetivo Estratégico C

Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.



11 Áreas protegidas



13 Diversidade genética



12 Espécies ameaçadas

Objetivo Estratégico D

Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.



Serviços ambientais



Acesso a recursos genéticos



Recuperação das áreas degradadas

Objetivo Estratégico E

Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.



Estratégia Nacional de Biodiversidade



Bases científicas e tecnológicas



Conhecimento tradicional



Mobilização de recursos

3. Metodologia da EPANB

Para cumprir o acordo estabelecido na COP 10 - que definiu o ano de 2015 como limite para desenvolver, adotar como um instrumento de política, e iniciar a implementação de uma Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade, os países (Partes) precisaram revisar e atualizar suas EPANBs de forma alinhada ao novo Plano Estratégico (CDB). Seria preciso integrar as metas estabelecidas às **políticas nacionais de desenvolvimento** e redução da pobreza à gestão territorial e aos setores da economia, tanto governamental quanto privado.

Cada Parte é responsável pelo **monitoramento e avaliação** da implementação de sua EPANB, além de encaminhar ao Secretariado da CDB relatórios nacionais que reportem a situação da Estratégia no país. A revisão das EPANBs é dividida por etapas e está representada no gráfico abaixo, que indica também as fases de desenvolvimento de meta e comunicação.

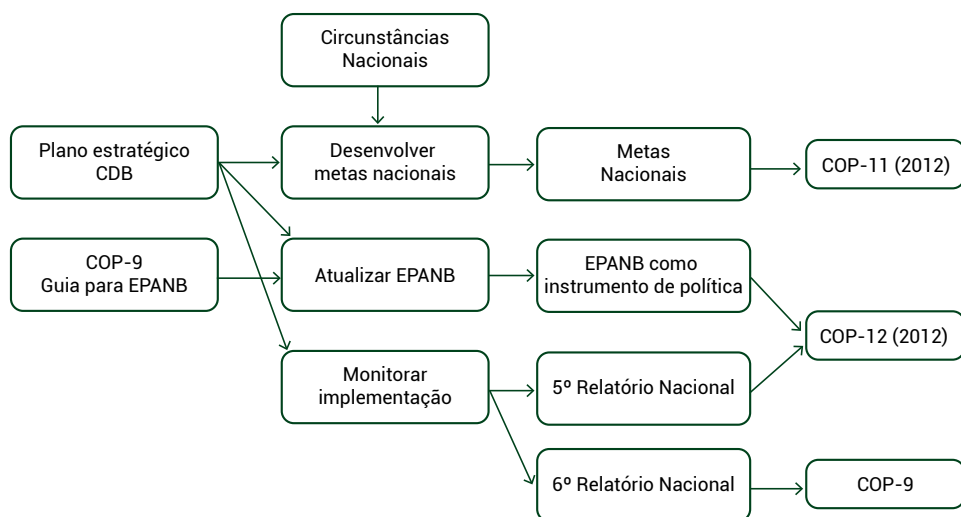


Figura 2. Diagrama sobre as revisões da EPANB, desenvolvimento de metas e comunicação (Fonte: CDB, 2011)

Até o momento em que se escreve esta publicação, mais de 95% dos signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica já desenvolveram suas Estratégias e Planos de Ação. Alguns países adotaram o processo de planejamento da EPANB como um **processo cíclico e adaptável**, considerando um horizonte de longo prazo, promovendo o aprendizado constante com sua implementação e as informações obtidas a partir do monitoramento e das avaliações.

O diagrama abaixo apresenta sete etapas básicas para a construção do planejamento:

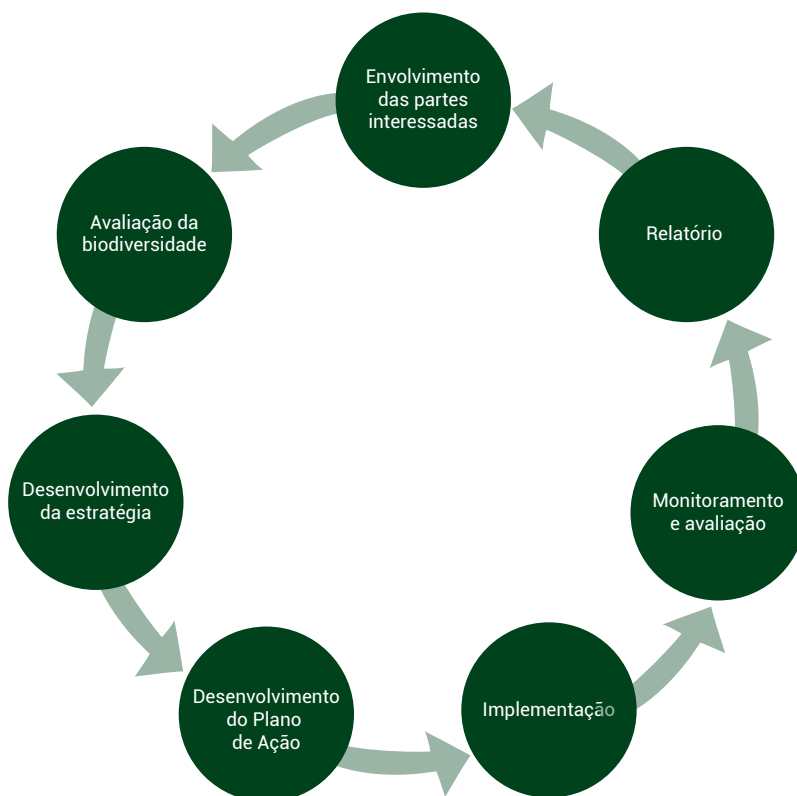


Figura 3. Modelo de planejamento da conservação da biodiversidade (fonte: MMA, 2015)

A ideia inicial foi elaborar **um documento amplo**, desenvolvido para viabilizar a implementação de uma estratégia de internalização das Metas e também a discussão de um Plano de Ação com todos os setores da sociedade. Porém, optou-se por restringir, em um primeiro momento, o foco da EPANB para a Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (SBio/ MMA), de forma a garantir a governabilidade e a responsabilidade direta dos compromissos firmados para o cumprimento das Metas Nacionais e de Aichi.

Após a entrega da **primeira versão da EPANB** à CDB em agosto de 2016, foi realizada uma ampliação de seu foco para alcançar a abrangência nacional para a sua **segunda versão**, promovendo a **adesão dos demais setores e instituições** à EPANB. Esse processo envolveu a inclusão e sistematização das ações realizadas por parceiros relacionadas às Metas Nacionais de Biodiversidade, contribuindo assim para a coordenação e sinergia entre ações, bem como para o desenvolvimento conjunto e monitoramento de indicadores. Para isso, 231 instituições foram convidadas a aderir ao processo, enviando suas contribuições. Desse universo, 66 instituições contribuíram tanto no texto quanto no Plano de Ação onde 52 contribuíram apenas nas ações. O Plano de Ação recebeu o incremento de cerca de 700 ações no período de outubro a dezembro de 2016, distribuídas nas 20 Metas Nacionais. Após a primeira revisão para eliminação de redundâncias, em abril de 2017, o Plano de Ações conta com 712 ações no total, sendo 68 da SBio e 644 das demais instituições aderentes.

Atualmente a EPANB conta com a seguinte estrutura de governança:

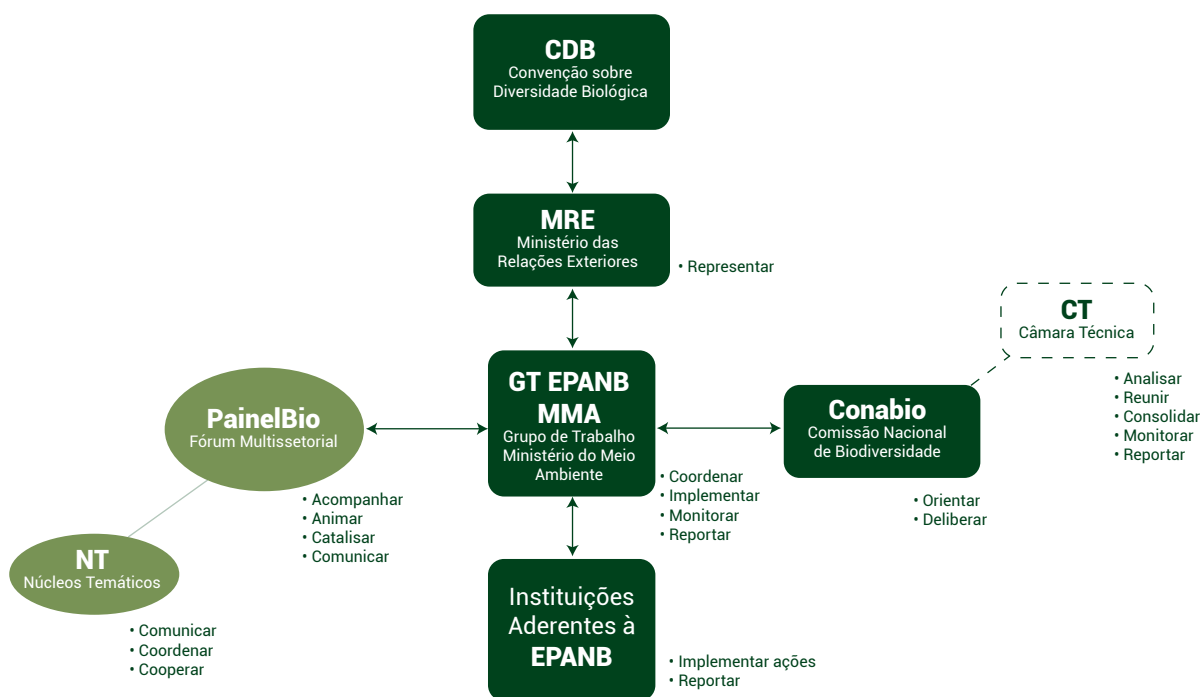


Figura 4. Diagrama da Estrutura de Governança para a Implementação da EPANB.

Os atores envolvidos no processo de implementação da EPANB terão as seguintes responsabilidades:

No âmbito da articulação governamental:

- **Ministério das Relações Exteriores (MRE):** Representa o Estado Brasileiro perante a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e, em conjunto com o MMA, apresenta à Convenção os resultados da implementação da Estratégia e Plano de Ações Nacionais para a Biodiversidade.
- **Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio):** Criada pelo Decreto no 4.703/2003, a Comissão definiu os princípios para internalização e implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020. O colegiado de caráter consultivo, orienta, acompanha e delibera sobre os relatórios de alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.
- **Grupo de Trabalho EPANB do Ministério do Meio Ambiente:** Coordena a implementação da Estratégia e do Plano de Ação Nacionais, assim como monitora e reporta às Instituições Aderentes, à Conabio e sua Câmara Técnica, ao MRE e à sociedade o andamento da implementação da EPANB e o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.
- **Instituições Aderentes à EPANB:** O grupo é formado pelas 66 instituições que aderiram à EPANB, das quais 52 contribuíram diretamente para o Plano de Ação. As instituições implementam as ações relacionadas à sua área de atuação propostas voluntariamente no Plano de Ação Nacional, e reportam o andamento ao Grupo de Trabalho EPANB do Ministério do Meio Ambiente (GT EPANB MMA).

No âmbito da participação social:

- **PainelBio:** O fórum multissetorial acompanha a implementação do Plano de Ação, animando e catalisando os esforços para sua implementação, buscando ampliar a participação social, sobretudo das comunidades tradicionais e povos indígenas, atuando como um catalisador e facilitador da comunicação com a sociedade sobre temas relacionados à biodiversidade.
- **Núcleos Temáticos do PainelBio:** Os Núcleos Temáticos do PainelBio estão divididos de acordo com os cinco objetivos estratégicos de biodiversidade, além de um núcleo transversal sobre questões de gênero. A proposta é que os Núcleos Temáticos aglutinem as instituições aderentes ao Plano de Ação conforme a afinidade das ações aos objetivos estratégicos. Os Núcleos Temáticos poderão funcionar como espaço colaborativo e ter como propósito estimular a cooperação entre instituições aderentes, discutir soluções, coordenar ações conjuntas e facilitar a comunicação para implementação do Plano de Ação e informar à sociedade sobre o andamento das ações.



O processo brasileiro

Para cumprir os compromissos nacionais com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o Brasil definiu **Metas Nacionais de Biodiversidade**, que estão agora em seu **segundo ciclo**.

A primeira etapa resultou na aprovação de 51 metas com prazo até 2010, como consta na Resolução CONABIO nº 3, de dezembro de 2006. A Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) é uma instância multissetorial deliberativa e consultiva que coordena os compromissos nacionais com a CDB e foi a responsável pelo início do estabelecimento das Metas Nacionais, tendo coordenado o **Workshop para Definição das Metas Nacionais** de Biodiversidade para 2010, evento que embasou a iniciativa e contou com a participação de atores da sociedade civil, academia e poder público.

Entretanto, mesmo com avanços importantes ao final da primeira etapa, o Brasil, assim como a maior parte dos signatários da CDB, precisou **revisar as metas** e a atualização da EPANB. Isso fortaleceu e estimulou *mais envolvimento* com mais atores e lideranças em um processo conjunto e participativo de diálogo e construção.

O Brasil iniciou o processo de revisão da Estratégia Nacional e Plano de Ação e definição das Metas Nacionais para a Biodiversidade **2011-2020**, conforme ilustrado na linha do tempo. Em 2010, foi implementada a iniciativa *“Diálogos sobre a Biodiversidade”*, uma nova abordagem amplamente participativa desenvolvida com o intuito de construir coletivamente a EPANB.

Mais envolvimento

A diversidade de setores, atores, lideranças e instituições envolvidas na revisão e na atualização da EPANB está relatada no Quinto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, publicado em 2016.

Diálogos sobre a Biodiversidade

A iniciativa Diálogos sobre a Biodiversidade foi implementada em 2010, mas ganhou ações efetivas em 2011, quando:

“Aconteceram 5 grandes reuniões de consulta, além de inúmeras reuniões de preparação e qualificação junto a 5 setores da sociedade: empresarial, sociedade civil ambientalista, academia, governo (federal e estadual) e povos indígenas/comunidades tradicionais. Durante essas reuniões, os setores elaboraram propostas de metas nacionais de biodiversidade, considerando as 20 Metas Globais de Biodiversidade (Metas de Aichi) e as visões e necessidades específicas.”

MMA

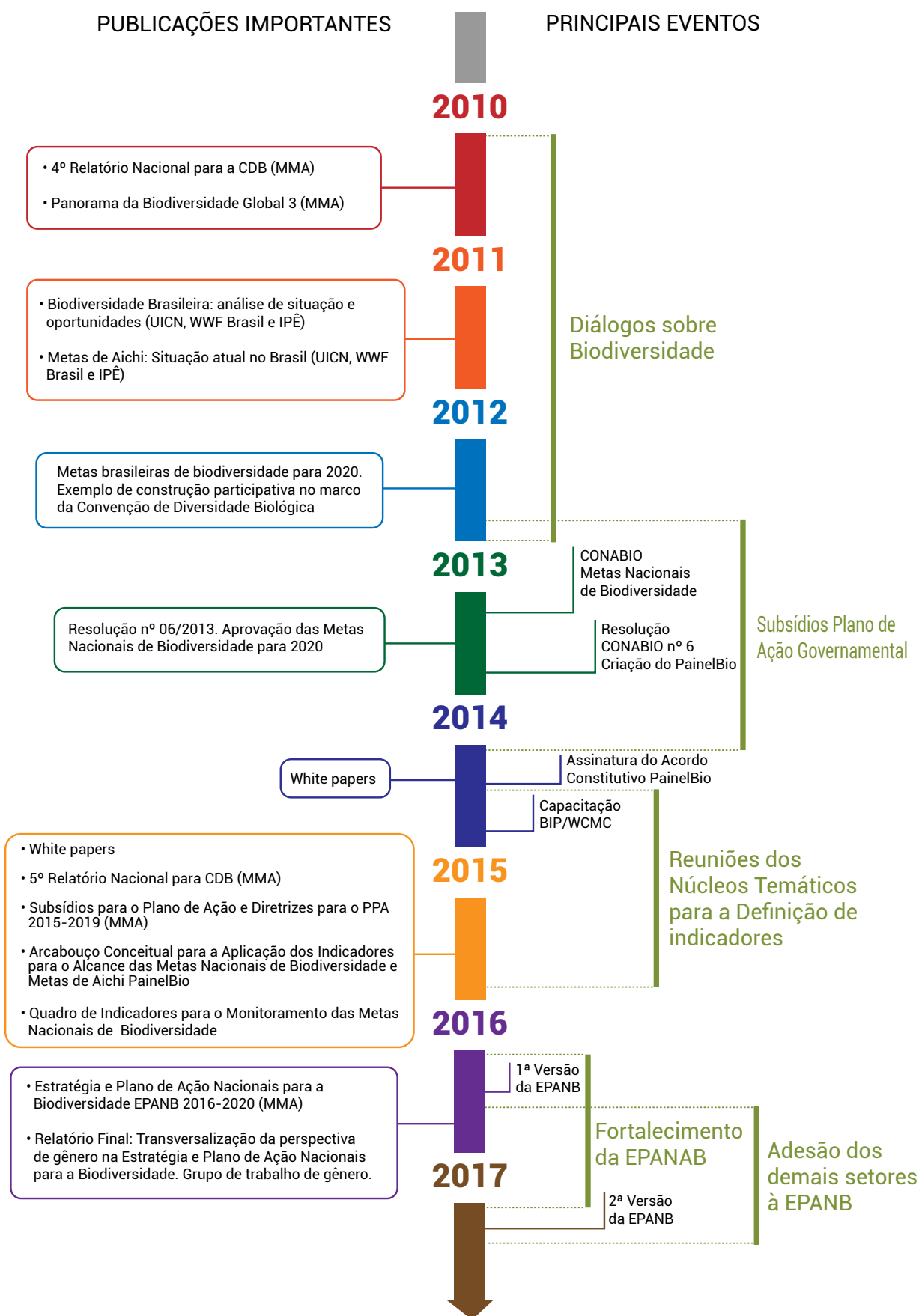


Figura 5. Linha do tempo do processo de atualização da EPANB, definição das Metas Nacionais para a Biodiversidade e principais publicações do processo de elaboração e atualização da EPANB. (fonte: MMA, 2016)

Paralelamente, tiveram início outras iniciativas, como o **desenvolvimento multissetorial de subsídios** para o *Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade*, e a **formação do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio)**, que auxiliou na definição de indicadores e na implementação e no acompanhamento das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Posteriormente, já em 2016, foi lançada a **1ª versão da EPANB**, que passou por um processo de revisão e fortalecimento. A publicação da segunda versão ocorreu em 2017, qualificando o processo de adesão de novos setores.

Destaca-se também a recente adesão do Brasil ao *BIOFIN* e ao *IPBES*.

BIOFIN

A Iniciativa de Financiamento da Biodiversidade (BIOFIN - *Biodiversity Finance Initiative*) é uma parceria global lançada pelo PNUD que desenvolve uma abordagem e metodologia para alavancar investimentos em biodiversidade. O BIOFIN tem 4 componentes:

1. Política de Financiamento da Biodiversidade e Revisão Institucional (PIR): mapear o impacto dos setores econômicos sobre a biodiversidade, identificando os principais mecanismos de financiamento e os subsídios têm impacto na biodiversidade.
2. Revisão das Despesas de Biodiversidade: avaliar quais os gastos que as partes interessadas nacionais são direcionados à biodiversidade, tanto de recursos nacionais como internacionais.
3. Avaliação das Necessidades de Financiamento da Biodiversidade: Estimar qual seria o hiato financeiro nacional para concluir todas as atividades e atingir todos os objetivos da EPANB.
4. Plano de Financiamento da Biodiversidade: O BIOFIN desenvolverá uma estratégia para mobilizar potenciais atores e mecanismos financeiros para alcançar as metas nacionais de biodiversidade.

IPBES

A Plataforma Intergovernamental de Ciência e Política sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES - *Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*) é um órgão intergovernamental, administrado pelo PNUMA, que avalia o estado da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos fornecidos à sociedade. O IPBES busca engajar cientistas a revisar e avaliar o conhecimento científico e técnico produzido ao redor do globo que sejam relevantes para tomadas de decisão relacionadas à biodiversidade.

1. Diálogos sobre a Biodiversidade

Em 2011, uma parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e as instituições ambientais União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN, Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ e WWF-Brasil, lançou a iniciativa “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020”. O objetivo era **estabelecer de forma participativa as metas** nacionais de biodiversidade para a atualização da EPANB, referente ao Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Com uma abordagem diferente e a ampliação da participação de **novos setores** (academia, indústria, governos, organizações não governamentais, comunidades locais e povos indígenas), o processo de definição das metas nacionais teve sua metodologia aprimorada. Foram evitadas falhas como as que levaram ao baixo índice de alcance na primeira etapa, resultado observado também na maior parte dos países signatários da Convenção.

A partir dos Diálogos sobre a Biodiversidade foi possível desenvolver um **novo conjunto de metas** alinhadas com as metas globais (Aichi), condizentes com realidade e a capacidade nacional.

A publicação do documento *"Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades"* deu início ao processo dos Diálogos sobre a Biodiversidade, servindo como base para contextualizar a situação brasileira sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade, discutindo as oportunidades e o papel potencial dos setores envolvidos na discussão das metas nacionais.

Biodiversidade Brasileira

"O esforço que apresentamos neste momento visa a contribuir decisivamente para uma estratégia brasileira de biodiversidade que auxilie o alcance das novas metas propostas. O Brasil, por sua importância econômica e ambiental, pode e deve liderar o mundo na preservação da biodiversidade. Liderar pelo exemplo."

Luiz Fernando Krieger Merico, Coordenador Nacional - UICN (2011) na apresentação do documento "Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades".

Posteriormente, a iniciativa "Diálogos sobre a Biodiversidade" foi oficialmente lançada e, ainda no mesmo ano, outro documento importante relacionado à construção das metas foi publicado: *"Metas de Aichi: situação atual no Brasil"*, uma publicação que analisa a situação nacional em relação a cada uma das 20 Metas Globais de Aichi para 2020, levantando desafios e apontando caminhos para seu alcance.

Metas de Aichi

"Este documento complementa o estudo Biodiversidade Brasileira: Análise de Situação e Oportunidades, publicado em 04/2011, e juntos compõem os documentos-base para a realização de diálogos setoriais no Brasil que permitirão a construção de uma estratégia acordada socialmente para o alcance das metas de Aichi."

Trecho de apresentação do documento "Metas de Aichi: situação atual no Brasil"

Ainda em 2011 foram realizadas cinco grandes reuniões presenciais de consulta, além de diversas reuniões de preparação e qualificação para elaborar propostas de metas nacionais de biodiversidade, com as visões e necessidades específicas dos setores. Para coordenar o processo de consulta foi estabelecida uma estrutura de dois níveis entre os setores participantes:

- (1) comitê setorial
- (2) comitê ampliado

O primeiro foi formado por cinco comitês setoriais que ficaram responsáveis pela organização técnica dos eventos de consulta, definindo as listas de participantes, identificando palestrantes, metodologia,

dinâmica das reuniões e os produtos esperados. Já o comitê ampliado ficou encarregado do gerenciamento, sendo composto por um grupo menor de representantes de cada grupo e responsável por definições estratégicas do processo.

Ao total mais de 400 pessoas participaram do processo e, além das 4 instituições organizadoras (MMA, IUCN, WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas), outras 19 instituições dos cinco setores estiveram envolvidas nos Diálogos.

Comitê Ampliado

Academia

SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

ABC, Associação Brasileira de Ciências

Governos

ABEMA, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente

MP, Ministério do Planejamento

Comitê Setorial

MMA, Ministério de Meio Ambiente

WWF, World Wildlife Fund

IPE, Instituto de Pesquisas Ecológica

IUCN, União Internacional para a Conservação da Natureza

Setor Privado

CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CNI, Confederação Nacional da Indústria

MEB, Movimento Empresarial pela Biodiversidade

Povos indígenas e comunidades locais

Comitê Intertribal

INBRAPI, Instituto Indígena para Propriedade Intelectual

GTA, Grupo de Trabalho Amazônico

Via Campesina

Articulação Pacari

Terceiro Setor (ONGs)

CI, Conservação Internacional

DPV, Instituto Direito por um Planeta Verde

ISA, Instituto Socioambiental

FBPN, Fundação Grupo Boticário de Proteção da Natureza

Rede de ONGs da Mata Atlântica

APREMAVI, Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida

Diálogos Florestais

FVA, Fundação Vitória Amazônica

Os cinco encontros resultaram na elaboração de 25 documentos compilados em um texto final denominado “Documento base da consulta pública”, que **apresentou propostas de metas de biodiversidade** para o Brasil durante o período de 2011-2020, incluindo sub- metas intermediárias a serem cumpridas entre 2013-2017.

O documento foi colocado para consulta pública no site do Ministério do Meio Ambiente no período de 19 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, o que permitiu à sociedade brasileira fazer suas contribuições no processo de elaboração das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020. Ao final da consulta foi construído um documento com uma proposta de 20 metas brasileiras de biodiversidade para 2020, que foi apresentada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro em 2012 (Rio+20).

Também foi na Conferência Rio+20 que surgiu a proposta de criar o Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), pensado para funcionar como um dos **instrumentos** potenciais para a **implementação, monitoramento**, geração de conhecimento e desenvolvimento de capacidades para o alcance das Metas Nacionais. E foi ao longo de 2012 e 2013 que o formato proposto para o PainelBio foi discutido e detalhado.

A partir da compilação de documentos contendo as propostas das metas e as contribuições obtidas com a consulta pública, a Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO discutiu as metas nacionais durante cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária, ocorridas entre abril de 2012 e junho de 2013. A CONABIO aprovou então a versão final do texto das Metas Nacionais e a proposta para a elaboração de um texto de apoio contendo suas considerações sobre o histórico do processo de preparação e de implementação das metas aprovadas. A CONABIO também estabeleceu as diretrizes para a **internalização e implementação das metas** nacionais de biodiversidade para 2011-2020.

O gráfico abaixo ilustra de forma resumida o processo dos “Diálogos sobre a Biodiversidade”, desde sua implementação até o momento de aprovação das metas nacionais pelo CONABIO.

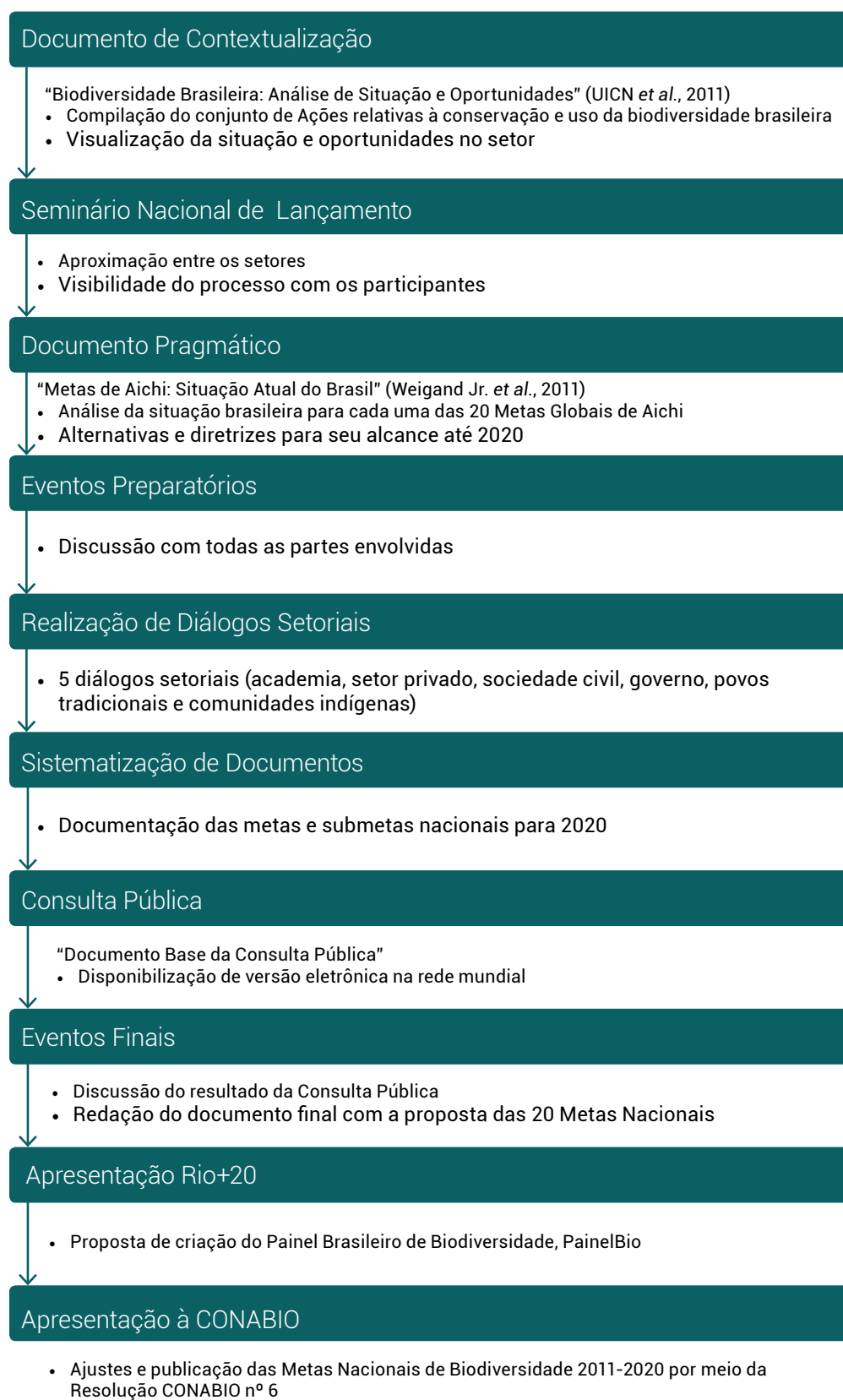


Figura 7. Resumo do processo “Diálogos sobre a Biodiversidade” (Fonte: EPANB-MMA, 2016))

2. Subsídios para um plano de ação governamental

Com o objetivo de **construir um Plano de Ação Governamental** para implementar e internalizar as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) e o Funbio (Fundo Nacional para a Biodiversidade) firmaram uma **parceria** após o processo de definição das Metas Nacionais de Biodiversidade. A fim de frear as ameaças à biodiversidade nacional, essa etapa incluiu **ações e processos em todos os setores** do Governo Federal.

O processo de elaboração dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019 se deu nas seguintes etapas:

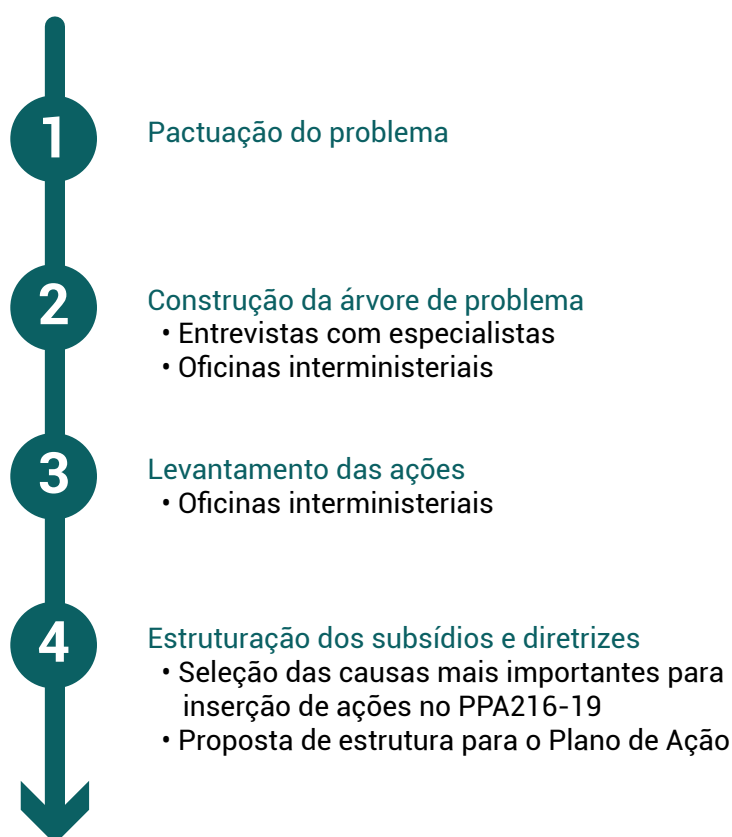


Figura 8. Etapas do processo de elaboração dos Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-2019. (Fonte: Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. MMA/SBio/DCBIO, 2015)

Todos os setores do governo em escala federal estiveram envolvidos durante a primeira etapa da **definição das bases** para o Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, além de participarem da **obtenção de subsídios e diretrizes** para a preparação do Ciclo seguinte do Planejamento Plurianual – PPA (2016 a 2019). Desse processo participaram 20 Ministérios, Secretarias da Presidência da República e órgãos vinculados.

Para tratar da perda da biodiversidade o Governo Federal estabeleceu o uso de uma metodologia baseada na **construção de uma árvore de problemas**. Para isso foram realizadas

40 entrevistas com representantes de 17 Ministérios, além de um levantamento das Políticas Públicas Federais que de alguma forma se relacionavam com as questões da biodiversidade. Essa metodologia contribuiu para que fossem identificadas 87 causas primárias para a perda da biodiversidade

nacional, que foram organizadas em 3 eixos estratégicos e, posteriormente, reagrupadas e detalhadas em um conjunto de 158 causas, subdivididas em até 6 níveis. Os eixos estratégicos adotados foram:

Eixo 1 – Conservação (33 causas)

Modelo de Produção e Consumo Incompatível com a conservação

Eixo 2 – Habitat (60 causas)

Perda, Degradação e Fragmentação de Habitats

Eixo 3 – Valorização (65 causas)

Baixa Valorização da Biodiversidade e do Conhecimento Tradicional Associado

Esses três eixos foram analisados em **seis oficinas de trabalho** durante os meses de maio a setembro de 2012, envolvendo a participação do MMA e órgãos vinculados, e SPI/MPOG, em parceria com o FUNBIO. O objetivo desses encontros foi revisar, ajustar e validar as **relações causais da perda de biodiversidade**, resultando na construção da primeira versão da árvore de problemas.

Em seguida foi realizada uma **correlação** entre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 e as causas identificadas e agrupadas nos três eixos da árvore de problemas. O objetivo foi auxiliar na identificação e priorização das atividades que deveriam ser tratadas com maior urgência dentro do Plano de Ação.

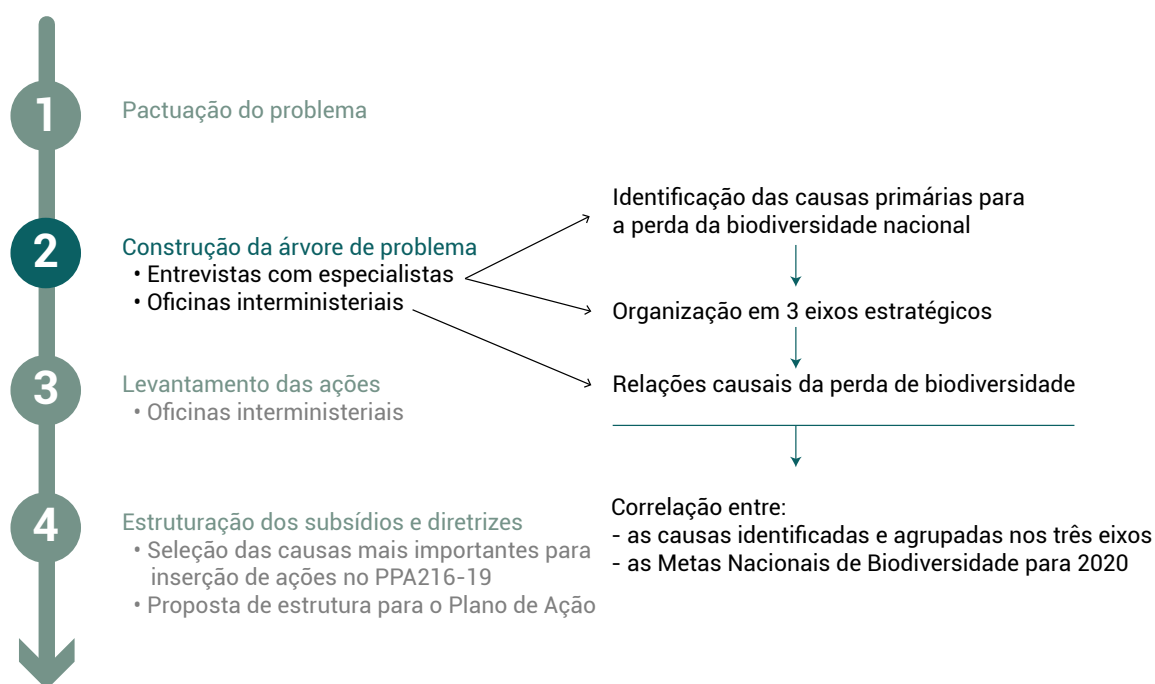


Figura 9. Processo de relação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 e as causas identificadas responsáveis pela perda de biodiversidade no Brasil.

Ainda no processo de planejamento do Plano de Ação, com base nas ações do PPA 2012-2015, foi realizada uma **análise prévia de suficiência das ações governamentais** existentes para atingir o objetivo de combater efetivamente as causas da perda de biodiversidade. O resultado mostrou 1.303 ações que contribuiriam direta ou indiretamente para alcançar esse objetivo e, com o intuito de avaliar sua efetividade, essas ações foram categorizadas e agrupadas por tipologia, e em seguida, analisadas de acordo com as causas identificadas na árvore de problema.

Esse exercício permitiu fazer uma lista mais detalhada quanto ao grau de impacto sobre as causas prioritárias em cada eixo, formando assim uma base que permitiu **identificar as lacunas e as**

ações prioritárias que vieram a compor o Plano de Ação Governamental. O documento com a lista de causas prioritárias juntamente à análise de ações existentes com grande potencial de combater as causas da perda de biodiversidade, garantiram um importante subsídio para orientar os governos e outras partes interessadas na conservação da biodiversidade.

O que seria inicialmente a formulação de um Plano de Ação Governamental, passou a ser considerado como um processo de estruturação de subsídios para o futuro Plano de Ação. Assim, com o objetivo de transformar o resultado dessas discussões em subsídios para um Plano de Ação Governamental que pudesse fornecer **diretrizes para a preparação do ciclo seguinte do PPA (2016-2019)**, foi feita a correlação entre as Metas Nacionais de Biodiversidade e a árvore de problemas indicou 41 causas prioritárias para o alcance do conjunto das 20 Metas Nacionais. Em abril de 2015, esse resultado foi compartilhado com todos os órgãos públicos que participaram do processo, para servir como linha de base no processo de planejamento e na construção do PPA 2016-2019.

3. PainelBio

No âmbito das discussões realizadas entre 2012 e 2013, durante os “Diálogos sobre Biodiversidade”, foi observada a necessidade de mobilizar capacidades técnicas e esforços de organizações nacionais para promover a biodiversidade na agenda de diversos setores da sociedade. Assim, durante a Conferência Rio+20, em 2012, foi lançada formalmente a proposta de **criação de uma plataforma colaborativa multissetorial** para fomentar o alcance das Metas de Aichi e das Metas Nacionais de Biodiversidade. Essa proposta resultou, em 2014, na criação do Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio), uma iniciativa inovadora com potencial para catalisar avanços significativos em relação ao alcance das Metas de Aichi.

O PainelBio é uma **rede voluntária e multissetorial** de organizações de setores da sociedade com reconhecimento nas áreas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa rede é formada por representantes da academia, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, órgãos do governo, empresas e instituições de cooperação internacional.

A missão do PainelBio é integrar esforços para promover o alcance das Metas de Aichi no Brasil, com o objetivo de promover sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas associadas às Metas Brasileiras.

Os **membros do PainelBio** devem colaborar com a proposição de ações e políticas voltadas à conservação e o uso sustentável de forma a contribuir para o alcance das metas de biodiversidade. Sua estrutura divide-se em secretaria executiva, núcleos temáticos e um conselho deliberativo, que têm como responsabilidade a promoção de ações para o alcance das metas por meio de:

- Apoio à formulação e implementação de indicadores, políticas públicas e modelos de gestão da biodiversidade;
- Fomento à geração de conhecimento e a conscientização sobre a biodiversidade;
- Realização de avaliações regulares (monitoramento) e promoção da capacitação de diversos níveis da sociedade;
- Definição de ações prioritárias e aprimoramento da interface entre a ciência, política e gestão da biodiversidade.

O Acordo Constitutivo do PainelBio foi aprovado por representantes de 17 instituições.

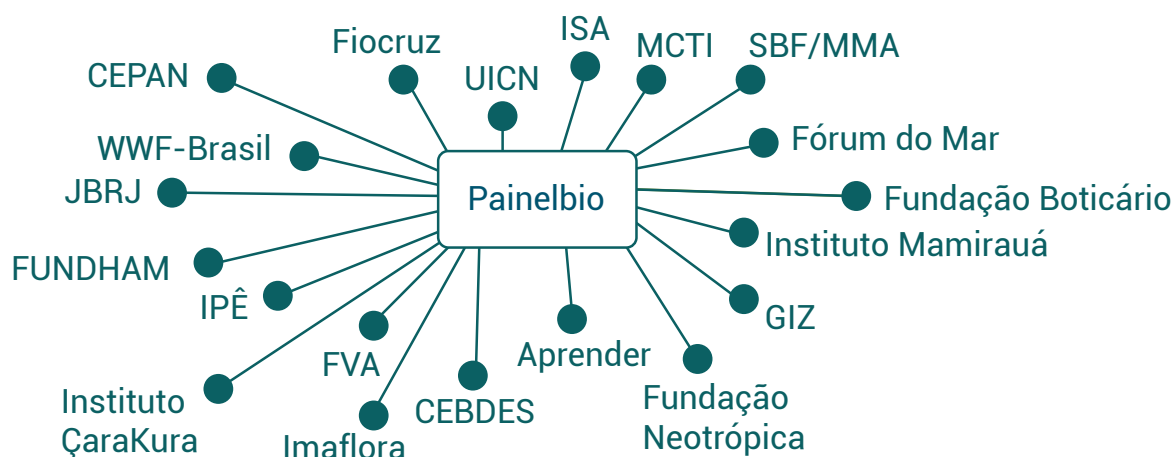


Figura 10. Conselho deliberativo do PainelBio.

Papel e Importância

O PainelBio tem um importante papel para o alcance de resultados relevantes no âmbito da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e desenvolveu uma proposta de conjunto de indicadores e um arcabouço conceitual para **monitorar o processo** que fomenta o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

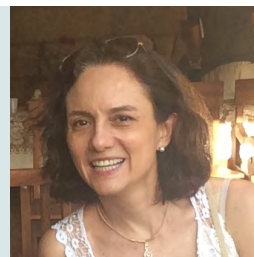
Um grande avanço conseguido pelo Painel foi estabelecer um **grupo representativo e engajado** com a consolidação de uma estratégia nacional de biodiversidade, assim como seu monitoramento. Outro ponto é a **proposição de indicadores** concretos que permitissem monitorar os avanços em direção às Metas Nacionais.

Para os atores envolvidos no PainelBio é no **processo participativo** que está a sua grande força. A consulta ao maior número possível de pessoas, bem como o esforço de engajamento e também a busca por financiamento para a organização de encontros e reuniões sempre estiverem presentes. Assim, o Painel Brasileiro de Biodiversidade é um instrumento eficiente para **colher posições, opiniões e percepções** de vários segmentos da sociedade e fazer com que isso seja organizado e levado até o formulador da política pública.

A ideia do PainelBio de criar um canal de diálogo é importante no sentido de envolver diversos setores em torno de uma causa. Participam das discussões governo; setor privado (CNI, CEBDS); organismos internacionais (UICN e GIZ); academia e ONGs diversas, como Imaflora, Fundação Boticário e Instituto Mamirauá. Dentro do processo participativo, foi destacado o papel da diversidade e equilíbrio de visões, assim como da transparência para que o processo obtenha os melhores resultados possíveis.

Um **diálogo permanente** é fundamental para que seja possível coordenar e integrar as diferentes perspectivas que pretendem aumentar a viabilidade da implementação de políticas em meio ambiente. Sem o diálogo constante, é esperado que a implementação das ações sofra com a falta de alinhamento das visões e o comprometimento dos parceiros. Por isso é preciso conseguir trabalhar e integrar essa diversidade, inclusive o que se percebe como antagonismo ou contradição. É importante ressaltar o papel de promover debates equilibrados do ponto de vista do número de atores com grupos de visão semelhantes.

"O PainelBio foi importante para chegar a consensos sobre os conceitos usados nas metas e sobre seus indicadores - sobre o que se mede, o que conta para a meta, e como se mede. Os consensos alcançados são valiosos, e devem ser revisitados em 2020".



Maria Olatz Cases

Diretora do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica -
Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)

"A diversidade de opiniões, de perspectivas, de formas de atuação, é a riqueza do processo. Foi possível reunir pessoas muito diversas e em grande parte dos momentos com percepções muito diferentes de como trabalhar com biodiversidade e conservação. É importante que haja um espaço para colocar as divergências, pensar num plano que as resolva, contemple a diversidade de situações, contextos e de possibilidades dentro do Brasil".



Roberto Palmieri

Secretário Executivo Adjunto, Instituto de Manejo
e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflores

"O processo é um grande desafio, mas se for feito de forma coletiva, ouvindo diversos atores da sociedade, é possível construir uma agenda forte. Esse projeto de alcançarmos metas tem que ser inclusivo, não dá para ter um órgão decidindo sozinho, porque temos que contar com dados e informações de outras esferas da sociedade. Essa agenda normalmente é tocada por órgãos ambientais, mas é importante buscar maior integração do governo, envolver outros ministérios e departamentos para se avançar realmente".



André Ramalho

Conselho Empresarial Brasileiro para o
Desenvolvimento Sustentável - CEBDS

"O PainelBio é uma lição que o país está podendo mostrar aos outros. Hoje se tem um conjunto de indicadores e uma visão concreta das dificuldades em atingir as metas, o que foi um avanço".



Miguel de Moraes

Ex-Coordenador Nacional Interino do
Escritório Brasileiro da UICN

4. Processo de Elaboração dos Indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade

Via PainelBio, o Brasil baseou-se em um **modelo de investimento profundo na definição dos indicadores** de biodiversidade. Isso foi feito ao longo de cinco seminários, com o suporte de white papers para a discussão sobre os indicadores, que por sua vez foi estruturada de acordo com objetivos estratégicos das Metas Nacionais.

A estrutura baseada nos cinco objetivos estratégicos contribuiu para as discussões fazendo com que a participação dos membros do PainelBio fosse mais efetiva, com discussões diretamente ligadas às suas áreas de especialidade, resultando em **melhores contribuições e menos tempo gasto com alinhamentos conceituais**. Importante ressaltar, que inerente a esse diálogo participativo e de construção coletiva, avançou-se na difusão e internalização do conhecimento e da compreensão nos diferentes setores da sociedade sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade.

White Papers

Para dar subsídio às oficinas de definição dos indicadores, ao longo de 2014 e 2015 foram desenvolvidos os *white papers*, documentos que têm como objetivo **mapear conceitos e propor modelos conceituais e indicadores adequados** para a análise e monitoramento de cada uma das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Primeiramente, foi promovido pela Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) um workshop que trouxe a iniciativa *Biodiversity Indicators Partnership* (BIP) para apresentar uma proposta metodológica ao PainelBio para o desenvolvimento e análise de indicadores para as metas de biodiversidade. A partir desta capacitação, o Ministério do Meio Ambiente decide adotar e adaptar a **metodologia** baseada no BIP (2012), que foi utilizado como base para a produção dos white papers.

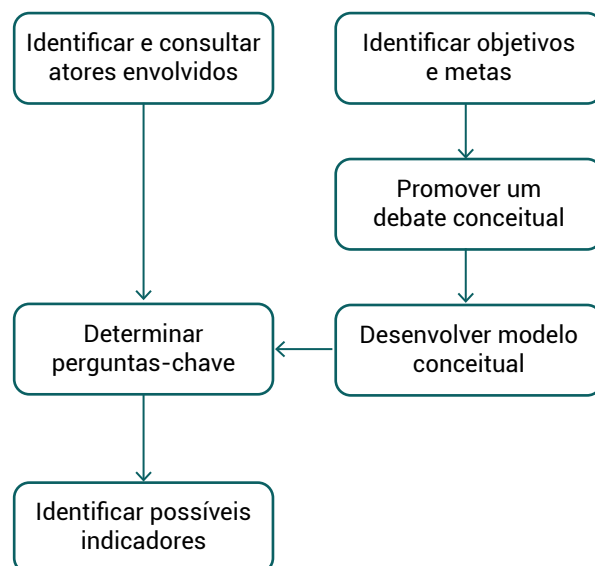


Figura 11. Representação da Metodologia BIP utilizada para proposição de indicadores (Fonte: PainelBio. Novembro de 2015)

Ao todo foram produzidos cinco white papers, um para cada Objetivo Estratégico, encomendados pela **Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)** por meio de três projetos de cooperação com o Ministério de Meio Ambiente (Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica,

Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC-Life Web e TEEB Regional Local: Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial), sendo desenvolvidos por consultores especialistas em cada um dos temas.

O desenvolvimento dos *white papers* contou com o apoio de representantes de instituições selecionados pela equipe do MMA e GIZ, que foram consultados sobre a relevância, pertinência e limitações dos indicadores selecionados, do modelo conceitual proposto e sobre a existência de políticas e ações relacionadas aos temas.

Definir a **estrutura** ideal dos *white papers* foi um dos desafios do processo. Ao final, foram estruturados de acordo com o seguinte roteiro:

- Descrição da abordagem metodológica
- Questões sobre métrica e tipos de indicadores
- Apresentação das Metas
- Questões Conceituais
- Perguntas-Chave
- Análise da Meta
- Modelo Conceitual
- Estado Atual quanto ao alcance da meta
- Revisão Bibliográfica e exemplos de outros países
- Lista de indicadores pré-selecionados

Nos *white papers*, os conceitos utilizados para as metas estão explícitos em seus enunciados. As análises foram guiadas de acordo com as **perguntas-chave**, em conjunto com um modelo conceitual que apresenta as relações entre os fatos geradores e as consequências do alcance das metas. Esta reflexão foi feita com auxílio de perguntas como:

- O que está mudando?
- Por que está mudando?
- Por que isso é importante?
- O que tem sido feito sobre isso?

A partir disso, os documentos apresentam a percepção sobre o estado atual e as tendências das metas. Em seguida, dispõe uma revisão bibliográfica sobre os indicadores propostos nas principais fontes nacionais (como o *Painel Nacional sobre Indicadores Ambientais – PNIA* e os *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IDS*) e internacionais (EPANBs de diversos países).

PNIA

O Painel Nacional sobre Indicadores Ambientais – PNIA é resultado de mais de três anos de trabalho (de julho/2010 a dezembro/2013) estruturado em oito temas e 31 subtemas da área ambiental atualizados até o ano de 2012.

IDS

"As edições de 2004, 2008, 2010 e 2012 ampliaram e aprimoraram o rol de indicadores, bem como a sua estruturação, sedimentando-se como uma contribuição aos tomadores de decisões, ao apresentar, periodicamente, um panorama abrangente dos principais temas relacionados ao desenvolvimento sustentável no Brasil. A edição atual dá continuidade à série, atualizando os indicadores já publicados, sempre que possível, e disponibiliza novas informações em indicadores já existentes, além de introduzir novos indicadores."

Trecho da apresentação do documento "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável/2015"

Por último, o documento apresenta a lista de indicadores e suas fichas técnicas resumidas, contendo:

- Nome do Indicador
- Instituição responsável /Publicação
- Status (existente, parcialmente existente, proposição de indicador novo)
- Tipo (processo/impacto); (pressão/estado/resposta)
- Questões chave a que se relaciona
- Metas relacionadas
- Unidade de medida
- Descrição da base de dados
- Limites do uso e de precisão

Como resultado, os *white papers* ofereceram uma grande riqueza conceitual, contribuindo de forma expressiva para o **processo de discussão e priorização dos indicadores** pelo PainelBio. Durante os workshops, envolvendo os atores-chave de diversos setores da sociedade, foram promovidos debates para o entendimento e priorização dos diversos indicadores sugeridos para cada uma das vinte metas nacionais de biodiversidades. Estes foram divididos entre aqueles priorizados para as metas, que já têm informação disponível e atualização regular, aqueles que estão sendo desenvolvidos e que poderiam ser adotados em um futuro próximo, e aqueles que seriam relevantes, mas que ainda devem ser desenvolvidos e sistematizados. Posteriormente, a compilação desse processo gerou a publicação de dois documentos base para a operacionalização e comunicação dos indicadores. Os próximos passos deste processo é a sistematização de fichas técnicas para eles, com o desenvolvimento de uma metodologia para seu monitoramento.

5. Fortalecimento da EPANB (ODS, metas nacionais e equidade de gênero)

Para fortalecer a primeira versão da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB, foi realizada a “Oficina para o fortalecimento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB”, reunião ampliada do PainelBio, realizada em parceria com o MMA e GIZ nos dias 29 e 30 de junho de 2016. Na oficina, foram **criados três Grupos de Trabalho** (GTs) relacionados aos temas:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Metas Nacionais de Biodiversidade;
- Equidade de Gênero.

Grupo de Trabalho ODS

O GT relacionado ao termo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi formado por *instituições públicas e privadas*, tendo como objetivo de explorar as sinergias entre a EPANB e o processo brasileiro de alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de suas 169 metas, e tirar proveito dos esforços de articulação e monitoramento empreendidos no contexto das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Com base na análise do texto da EPANB e durante reuniões e debates, surgiram sugestões de ações que poderiam ser integradas às metas nacionais de biodiversidade e, ao mesmo tempo, tratar de maneira transversal as metas da ODS, especialmente nos assuntos relacionados à conservação da biodiversidade terrestre e marinha, gestão de recursos da biodiversidade, criação de unidades de conservação, promoção de atividades de educação ambiental e pesquisa científica.

As recomendações propostas pelo próprio GT em relação ao fortalecimento da EPANB referem-se à reflexão de uma visão estratégica e sistêmica da conservação da biodiversidade, considerando outras ações relacionadas ao amplo tema do desenvolvimento sustentável, como por exemplo saúde, segurança, pobreza, gestão dos recursos hídricos. Para isso, seria necessário aumentar a representatividade no processo de construção deste documento, assim como integrar ações propostas nos fóruns que têm trabalhado com a implementação dos ODS no Brasil.

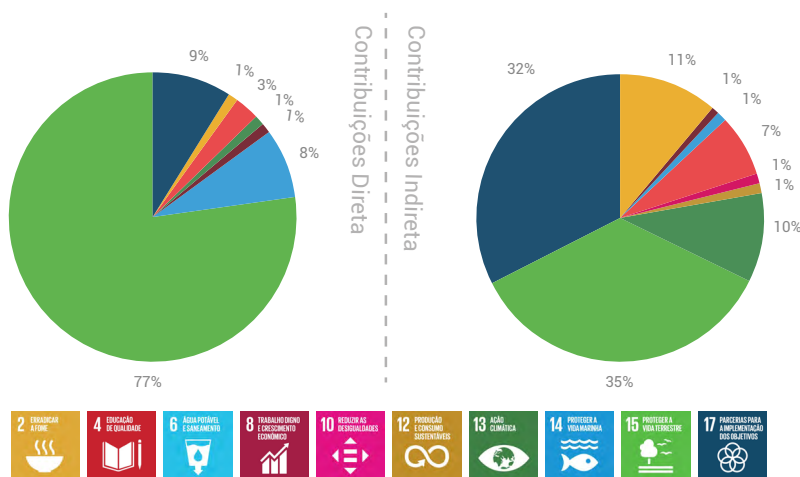
Instituições participantes

Ministério do Meio Ambiente; IBAMA; Jardim Botânico do Rio de Janeiro -JBRJ; UICN; GIZ; UNEP; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE; Reservas Votorantim; Fórum do Mar; Universidades (UFAM; FURG; UFSC; UNICAMP); SEGOV/PR; Fundação Vitória Amazônica – FVA; FIOCRUZ; FUMDHAM; REOS; FUA; CEME; Rede ODS Brasil; Aprender Ecologia; EBD Global Optimum.

O infográfico a seguir apresenta uma análise da primeira versão da EPANB feita pelo PNUD em parceria com o Escritório Nacional da UICN no Brasil previamente à oficina que subsidiou as discussões sobre como fortalecer o documento e certificar que a estratégia esteja alinhada aos ODS e contribuía para seu alcance em nível global.

CONTRIBUIÇÕES DA EPANAB BRASILEIRA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS CONTEMPLADOS PELA EPANAB BRASILEIRA



AGENDAS PRIORITÁRIAS SBio/MMA

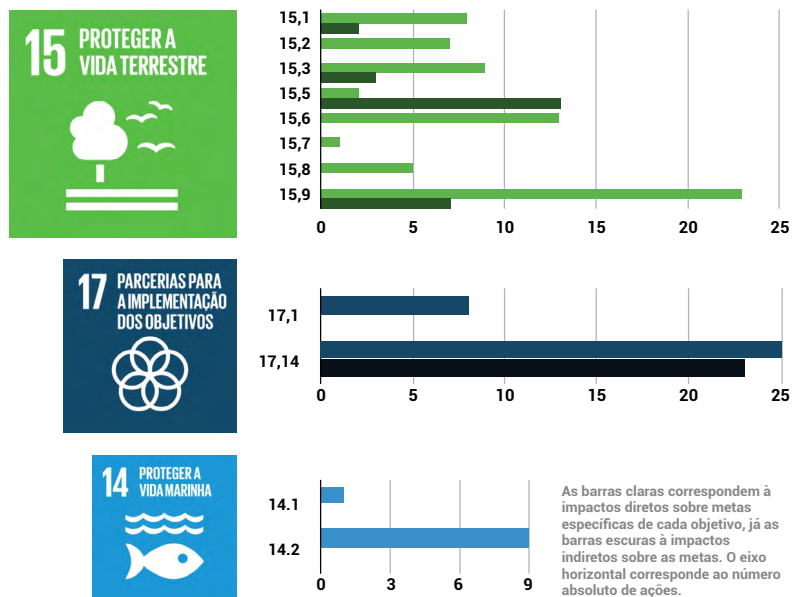
A. CONSERVAR AS ESPÉCIES BRASILEIRAS MINIMIZANDO AS AMEAÇAS E O RISCO DE EXTINÇÃO

B. CONSERVAR A BIODIVERSIDADE NAS ÁREAS PROTEGIDAS

C. CONSERVAR OS ECOSISTEMAS E PROMOVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS PAISAGENS

D. CONDUZIR A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DE PATRIMÔNIO GENÉTICO E CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

OBJETIVOS FOCAIS DA ESTRATÉGIA



OUTROS OBJETIVOS CONTEMPLADOS

Impacto direto e indireto



Os ODS acima possuem ao menos uma ação de impacto direto, porém um maior número de impactos indiretos, enquanto os ODS abaixo apenas uma ação de impacto indireto cada.

Apenas impacto indireto



ODS AINDA NÃO CONTEMPLADOS PELA EPANAB BRASILEIRA



Este material foi elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN em parceria com a UNEP-WCMC, com base nos resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia desenvolvida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas- PNUD (tagging methodology) para subsidiar as discussões da reunião do PainelBio.

Grupo de Trabalho sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade

O Grupo de Trabalho responsável por tratar do tema das Metas Nacionais de Biodiversidade discutiu cada uma das vinte Metas Brasileiras, identificando ações e indicando **responsáveis e possíveis parceiros para o alcance das Metas**.

As metas de maior destaque nessa discussão trataram sobre temas como conhecimento da biodiversidade, diminuição das taxas de perda de ambientes nativos e de espécies ameaçadas de extinção, manejo sustentável dos recursos naturais, redução da poluição e pressão sobre ambientes marinhos. Esse GT contou com representantes de diversos setores do governo (incluindo ministérios e órgãos associados), além de instituições privadas e do terceiro setor.

Instituições participantes

Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; JBRJ; ICMBIO; EMBRAPA; UICN; GIZ; UNEP; Imaflora; Fundação Neotrópica; Fundação Grupo Boticário; Instituto Socioambiental -ISA; Confederação Nacional da Indústria-CNI; Academia Brasileira de Ciências; Instituto Hórus; Agroicone; ABIAPÉ; INBRAPJ; SMA; Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE; Reservas Votorantim; Universidades (UFAM; FURG; UFSC; UNICAMP); SEGOV/PR; Fundação Vitória Amazônica – FVA; FIOCRUZ; FUMDHAM; REOS; FUA; CEME; Rede ODS Brasil; Aprender Ecologia; EBD Global Optimum.

Durante a oficina, os Grupos de Trabalho fizeram **recomendações** para o melhoramento do processo de consolidação da EPANB. Para os participantes, é fundamental promover a coordenação entre planos setoriais, fazer a interlocução entre ministérios em âmbito governamental, e fazer articulação com o CONAMA para ter uma maior integração interinstitucional. Além disso, a EPANB deve envolver maior número de atores, incluindo estados, municípios, setor privado, academia, sociedade civil, incluindo mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais.

Os participantes do GT levantaram ainda a necessidade da EPANB ser vista como uma estratégia de desenvolvimento, que destaque a dependência de outros setores e seus benefícios para a economia. A EPANB também precisa contar com uma estratégia de comunicação para os diferentes setores da sociedade, estratégia essa focada em mensagens-chave sobre a importância da biodiversidade, trazendo informações sobre os custos econômicos da sua perda e sua importância em relação ao tema das mudanças climáticas.

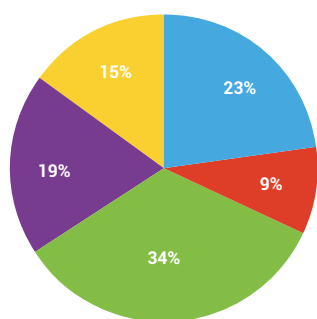
Também foi ressaltada a importância de inserir, compilar e divulgar as informações já publicadas sobre manejo de espécies em plataforma pública como Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr)¹

O infográfico a seguir apresenta a análise feita pelo PNUD em parceria com o Escritório Nacional da UICN no Brasil previamente à oficina que subsidiou as discussões sobre como fortalecer o documento e certificar que o plano de ação compreenda o maior número de Metas de Aichi.

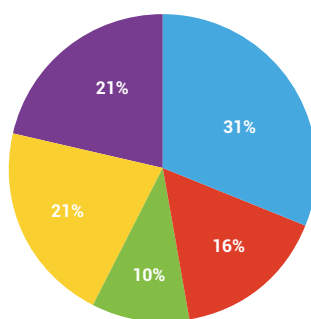
¹ www.sibbr.gov.br/

CONTRIBUIÇÕES DA PRIMEIRA VERSÃO DA EPANAB BRASILEIRA PARA O ALCANCE DAS METAS DE AICHI

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CONTEMPLADOS PELA EPANAB BRASILEIRA



Contribuições Direta
Contribuições Indireta



A

B

C

D

E

AGENDAS PRIORITÁRIAS SBio/MMA

A. CONSERVAR AS ESPÉCIES
BRASILEIRAS MINIMIZANDO AS
AMEAÇAS E O RISCO DE EXTINÇÃO

B. CONSERVAR A BIODIVERSIDADE
NAS ÁREAS PROTEGIDAS

C. CONSERVAR OS ECOSISTEMAS
E PROMOVER A GESTÃO
SUSTENTÁVEL DAS PAISAGENS

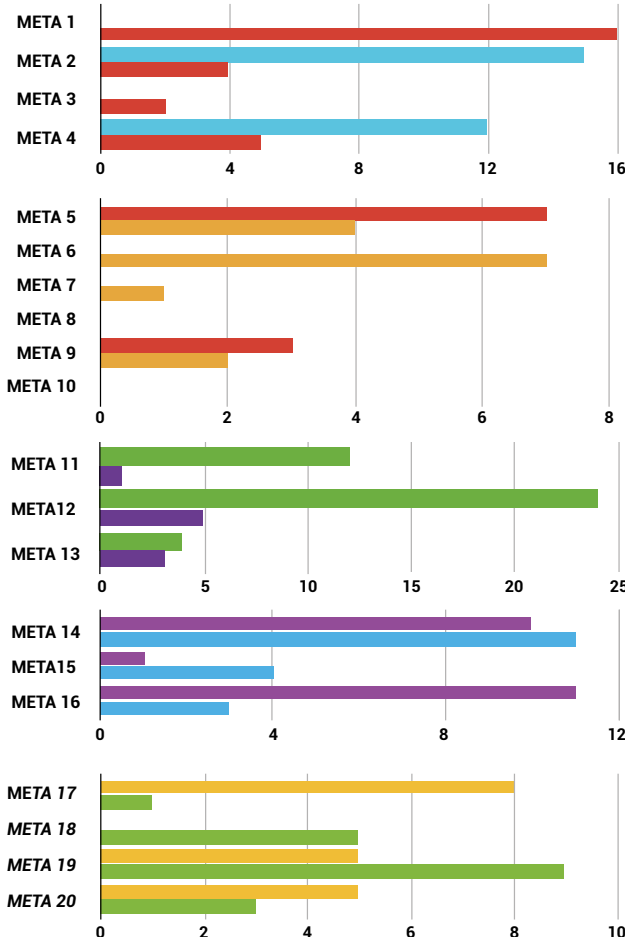
D. CONDUZIR A ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DA ECONOMIA DE PATRIMÔNIO
GENÉTICO E CONHECIMENTO
TRADICIONAL ASSOCIADO

CONTRIBUIÇÕES DIRETAS E INDIRETAS PARA AS METAS DE AICHI

As primeiras barras de
cada meta correspondem
ao número de ações diretas
que contribuem com cada
uma. Já as seguintes, ao
de ações indiretas



O eixo horizontal dos gráficos
correspondem ao número de
ações. Mas, é importante notar
que cada gráfico possui uma
escala diferente.



METAS AINDA NÃO CONTEMPLADAS

Por Ações Diretas



Por Ações Diretas ou Indiretas



No final do processo, a EPANB conta com ações para todas as metas.

Este material foi elaborado pela União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN em parceria com a UNEP-WCMC, com base nos resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia desenvolvida pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD (tagging methodology) para subsidiar as discussões da reunião do PainelBio.

Grupo de Trabalho sobre Equidade de Gênero

No âmbito da CDB, as referências à equidade de gênero aparecem em 1996, durante a COP3 em Buenos Aires, sendo restringidas aos temas de conhecimento tradicional e agrícola.

Desde então houve um progresso significativo na abordagem de gênero nas decisões da CDB e, até o presente momento, quase 60 decisões acordadas pelas Partes relacionam-se à equidade de gênero e ao empoderamento das mulheres, sendo a maioria delas na área de biodiversidade.

Nesse contexto, primeiramente o Brasil sediou nos dias 27 e 28 de junho de 2016 a **oficina** "Transversalização da Perspectiva de Gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". O evento contou com a presença de 45 mulheres representantes de povos indígenas, quilombolas, organizações sociais, organizações não governamentais, zonas urbanas e rurais das diferentes regiões do país e pesquisadoras de universidades, que dialogaram sobre o **papel das mulheres na conservação da biodiversidade**. A oficina resultou em um compilado de sugestões para fortalecer o documento da EPANB. Na primeira versão do documento, havia apenas uma menção sobre igualdade ou equidade de gênero (*Meta Nacional 14*), após os esforços da revisão, cerca de 80 recomendações foram feitas, apresentadas no anexo deste documento.

Meta Nacional 14

Ecosistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos a água e que contribuem a saúde, meios de vida e bem-estar terão sido restaurados e preservados levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais e de pobres e vulneráveis EPANB, 2016

Na sequência, a "**Oficina** para o fortalecimento da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB", ocorrida nos dias 29 e 30 de junho de 2016, lançada pelo Secretariado da CDB em coordenação com a Agência Global de Gênero (AGG) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) teve como objetivo tratar de um **novo Plano de Ação** para o período de 2015-2020 em consonância com os objetivos do Plano Estratégico e das Metas de Aichi. Na oficina, o GT Equidade de Gênero aportou e discutiu as sugestões geradas durante o evento com as lideranças participantes.

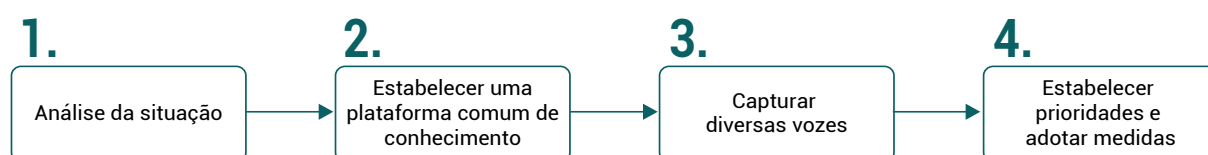


Figura 12. As quatro etapas da metodologia adotada nas oficinas. (Fonte: adaptado de Relatório Final - "Transversalização da perspectiva de gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". Grupo de Trabalho de gênero. Junho de 2016)

A primeira etapa focou na situação atual do tema, com base na **análise do marco jurídico e institucional** no Brasil. Nesse momento, a UICN selecionou os participantes das oficinas.

O segundo momento teve como foco a **capacitação dos participantes** através de palestras e dinâmicas sobre temas como marco legal internacional e nacional - relativos à articulação entre equidade

de gênero e biodiversidade, as bases fundamentais e eixos temáticos da EPANB, e as desigualdades de gênero existentes no Brasil, incluindo um breve diagnóstico sobre a situação das mulheres e da biodiversidade no país.

A terceira parte da oficina teve como objetivo a elaboração de propostas para fortalecer a perspectiva de gênero nas estratégias da EPANB. Os participantes dividiram-se em grupos e discutiram sobre a situação atual, desafios e demandas dos seguintes temas:

- Mulheres, conservação e redução de risco de extinção de espécies;
- Mulheres e áreas naturais protegidas;
- Mulheres e manejo sustentável na agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e extrativismos;
- Mulheres e florestas.

Pontos gerais sugeridos pelo grupo:

- Inserção da justificativa da importância da atuação das Mulheres na conservação e uso da biodiversidade no texto da EPANB;
- Criação de um Grupo de Trabalho de Mulheres e Biodiversidade para compor o PainelBio com o objetivo de aprofundar e garantir a transversalidade de gênero nas ações da EPANB; no caso dos indicadores, a desagregação dos dados e estatísticas por sexo.

Em relação às Metas Nacionais para a Biodiversidade foram **sugeridas ações e objetivos** específicos sobre gênero:

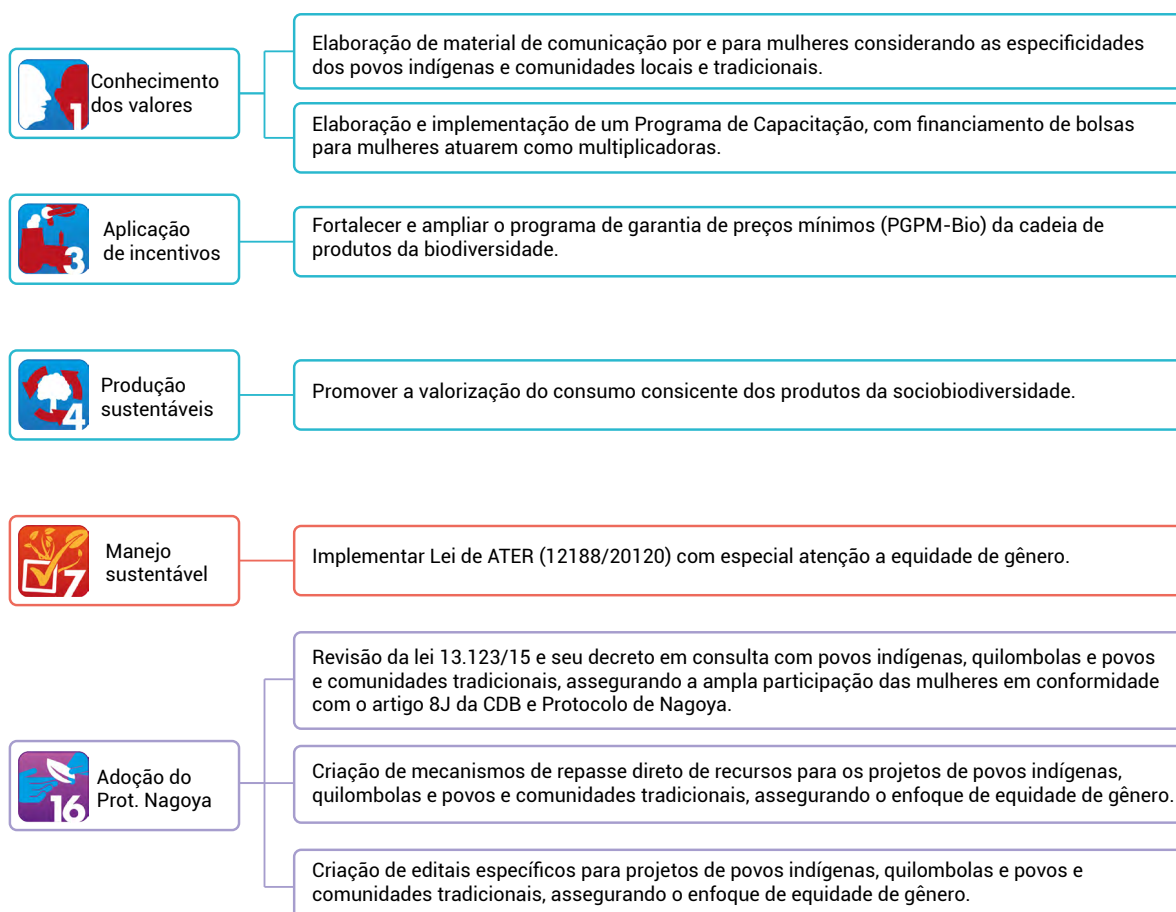


Figura 13. Proposta de ações em relação à equidade de gênero a serem incluídas no Plano de Ação (Fonte: Relatório Final - "Transversalização da perspectiva de gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". Grupo de Trabalho de gênero. Junho de 2016)

Ao final do evento, em 01 de julho de 2016, os representantes da UICN e da Secretaria de Biodiversidade analisaram os resultados das oficinas relacionadas às questões de gênero, revisando todas as recomendações no atual texto da EPANB que foi enviado ao MMA.

Posteriormente a UICN encaminhou os resultados à SBio, que continha cerca de 80 recomendações e contribuições. O documento foi então submetido à análise do Grupo de Trabalho sobre NBSAP da SBio, que incorporou as contribuições que não exigiram mudanças/negociações no que já havia sido acordado para o documento da EPANB, buscando também manter sempre o foco em biodiversidade.

Alinhamento com Planejamento Estratégico da SBio/MMA

Ainda no final de 2015, o processo de desenvolvimento da EPANB era um dos itens de uma ampla lista de ações definidas pelo Planejamento Estratégico da SBio, que muitas vezes não compatibiliza o que está em seu decreto e os recursos humanos e financeiros disponíveis. O processo precisava ter **prioridade** e estar **alinhado** com a agenda sustentável.

Por isso, foi proposto aproximar o processo de desenvolvimento da EPANB ao Planejamento Estratégico do Ministério, já existente e em andamento. Assim, foram adotadas na EPANB prioridades que já estavam internamente definidas, proporcionando uma **convergência entre as agendas** e gerando um grande ganho de eficiência.

Aproximar esse novo processo a um movimento que já existia no ministério - e com ampla capacidade de mobilização interna, fez com que houvesse convergência, iniciando um processo vigoroso no que melhorou a aderência dos analistas do ministério ao projeto. Fazer a EPANB ficar mais próxima do planejamento estratégico da SBio/MMA significou:

- Otimizar o uso de tempo e recursos;
- Reforçar o planejamento já existente;
- Tirar o caráter aspiracional do processo, dando maior materialidade;
- Ao estar ligado com o Planejamento Estratégico do MMA, a EPANB ganha o potencial de facilitá-lo e enriquecê-lo.

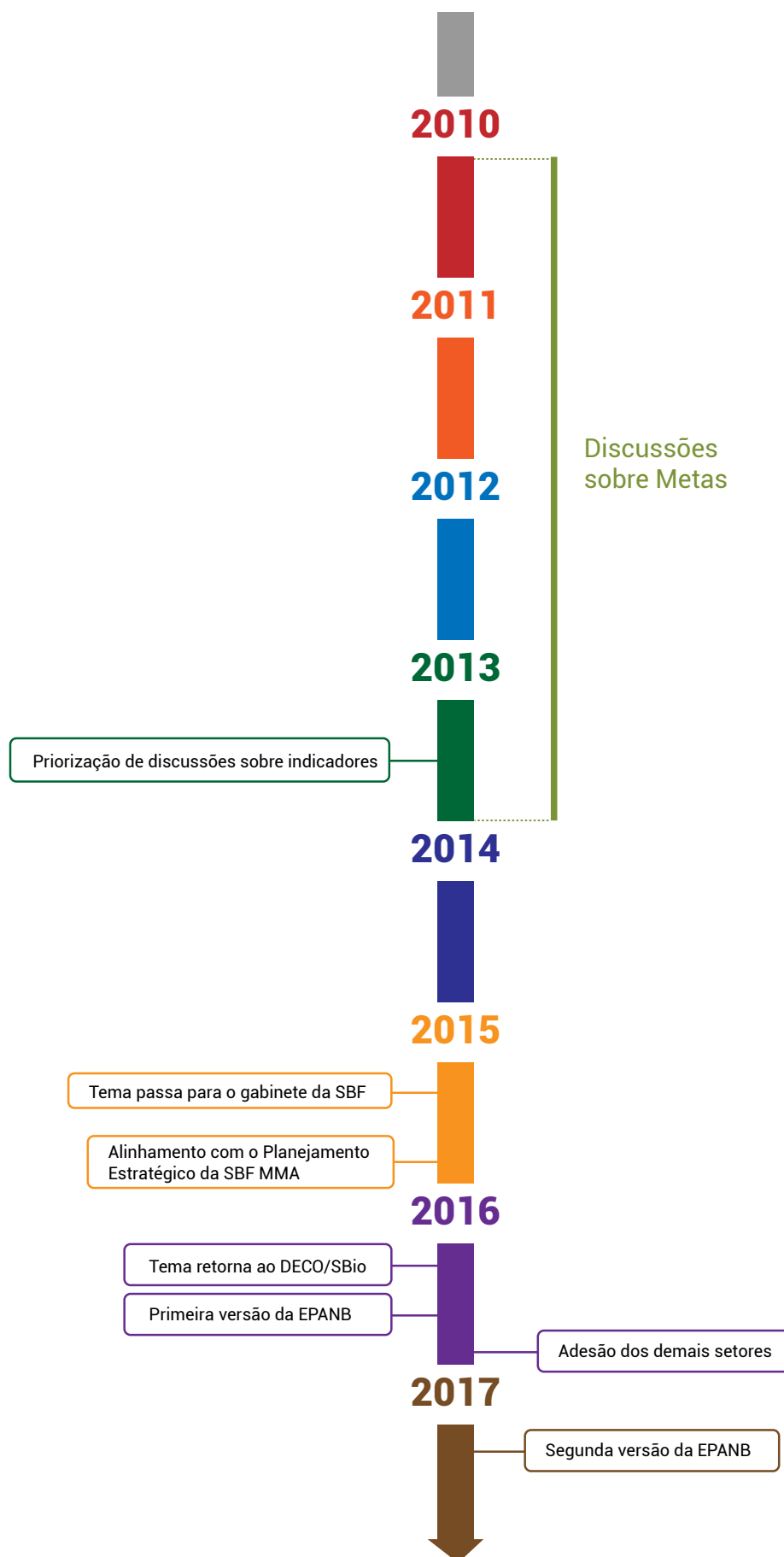
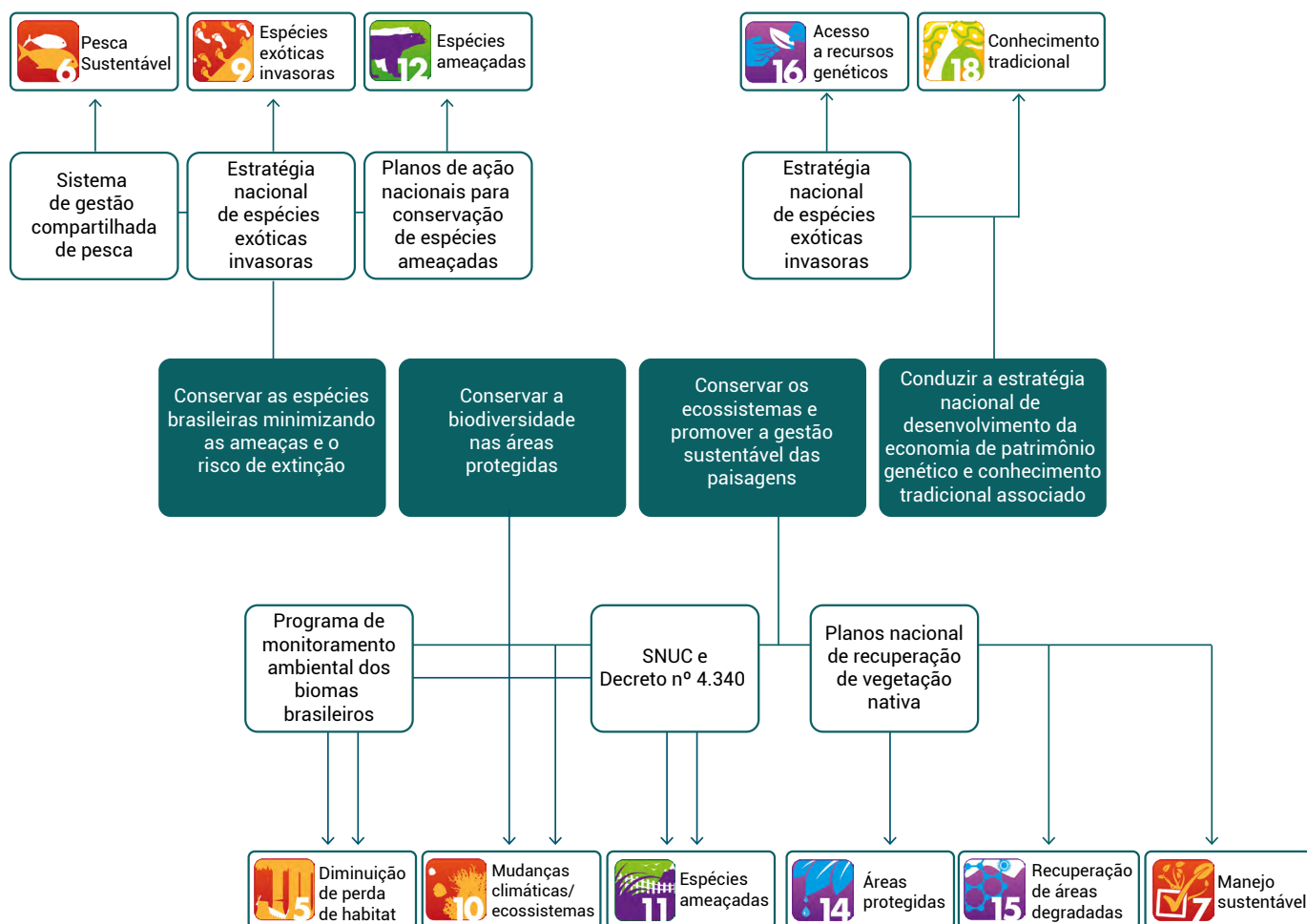


Figura 14. Linha do tempo das Reviravoltas Conceituais.

O diagrama a seguir apresenta a relação entre as **Agendas Prioritárias** da Secretaria de Biodiversidade / MMA, algumas das principais **ações e políticas** ligadas a ela e as metas as quais se relacionam direta ou indiretamente.



Metas indiretamente ligadas



Figura 15. Relação entre as Agendas Prioritárias da SBio, algumas das principais ações e políticas ligadas a ela e as metas as quais se relacionam direta ou indiretamente.



Resultados do Processo

O processo de construção da EPANB tem produzido uma série de documentos e publicações que contribuem para definir prioridades e avaliar o processo. As oficinas do PainelBio tiveram como principais resultados, além da promoção do diálogo em si, a definição dos conceitos envolvidos e a seleção de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade.

Entre 2010 e 2012 houve um longo processo de discussão sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade. O ritmo foi lento e seguiu os Diálogos da Biodiversidade, com diversas reuniões da CONABIO que aprovaram as Metas Nacionais de Biodiversidade em 2013.

Com o objetivo de completar o processo de diálogo sobre as Metas foram buscados atalhos para torná-lo mais **dinâmico**, evitando partir para uma discussão de definição de ações sem antes ter **clareza e objetividade** sobre o assunto. Assim seriam poupadas discussões sobre as ações estratégicas que poderiam ser tão aspiracionais quanto foram as discussões sobre as Metas e os conceitos nelas envolvidos.

Deste desafio surgiu a proposta de se **trabalhar com indicadores** para as Metas antes de se chegar aos diálogos sobre as ações direcionadas para alcançá-las. A abordagem focada nos indicadores foi uma maneira de trazer materialidade à Metas extremamente amplas e aspiracionais, em que, para poucas, era possível trazer aspectos quantitativos concretos.

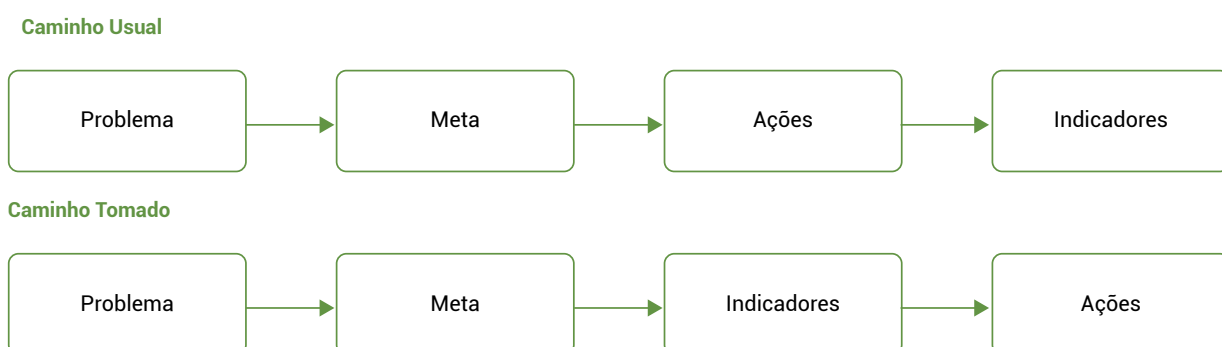


Figura 16. Diagrama do caminho adotado no processo de construção dos indicadores.

O uso de *indicadores* como ponto de partida para discutir as ações parte da ideia de que na medida em que se começa a ter uma métrica pela **definição de atributos e variáveis chave**, mesmo que sejam apenas indiretamente relacionadas aos temas, ou que não sejam as melhores possíveis, é possível ter maior **clareza sobre a complexidade dos problemas** abordados. Assim, o processo com foco nos indicadores materializou a discussão e trouxe objetividade ao que se quer transformar, funcionando como um recurso para guiar as discussões sobre as Metas.

Indicadores

Um indicador deve ser entendido segundo um modelo conceitual que proponha correlações com a meta que se propõe mensurar. Um indicador é expresso em uma escala numérica padronizada (índice) para que seja possível comparar com outras variáveis ou com uma linha base. Indicadores de biodiversidade podem estar relacionados com:

- **Estado** atual da biodiversidade, como número de espécies existentes ou área total de florestas;
- **Pressões** exercidas ao estado atual;
- **Respostas** sociais dadas para enfrentar as pressões e mudanças no estado da biodiversidade.

Dado o contexto, optou-se por tomar um atalho, indo das metas diretamente aos indicadores, esperando que a discussão sobre eles contribuísse na definição das ações. O investimento nessa abordagem gerou ótimos resultados em termos da discussão dos indicadores, dando dinamismo, materialidade e profundidade às discussões.

"Além das coisas menos tangíveis, como a interação e os contatos com outras instituições, o principal resultado alcançado até agora foram as propostas de indicadores para monitorar a biodiversidade. É um resultado concreto que fica independente do que acontecer daqui para a frente".



Roberto Palmieri

Secretário Executivo Adjunto, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo

"Preferiu-se evitar sugerir indicadores baseados em informações que ainda não existem, para os quais precisaria ser criada uma estrutura e determinado um órgão responsável. Por isso, optou-se por indicadores que podem não ser perfeitos, mas são indicadores de fácil acesso e que já fazem parte das informações coletadas por agências de governo e outras instituições".



André Ramalho

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS

1. Resultados das oficinas: Indicadores e conceitos

A sessão a seguir apresenta um **resumo esquemático** sobre como os indicadores selecionados pelo PainelBio para as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade estão relacionados dentro dos Objetivos Estratégicos e também com outras metas, além de **questões conceituais** relevantes que foram trazidas pelos white papers e pelas discussões durante as oficinas realizadas ao longo do processo.

Como foram priorizados os indicadores para os quais já havia informação disponível e órgãos responsáveis por sua produção periódica, foi proposto, adicionalmente, a permanência de um **conjunto de indicadores** que poderiam ser utilizados para complementar, em curto prazo, o conjunto apresentado após articulações para viabilizar a sua adoção e/ou aferição. É também fundamental viabilizar estes indicadores complementares para realizar um trabalho mais detalhado que permita uma visão ampliada sobre estes avanços no futuro.

2. Objetivo Estratégico A

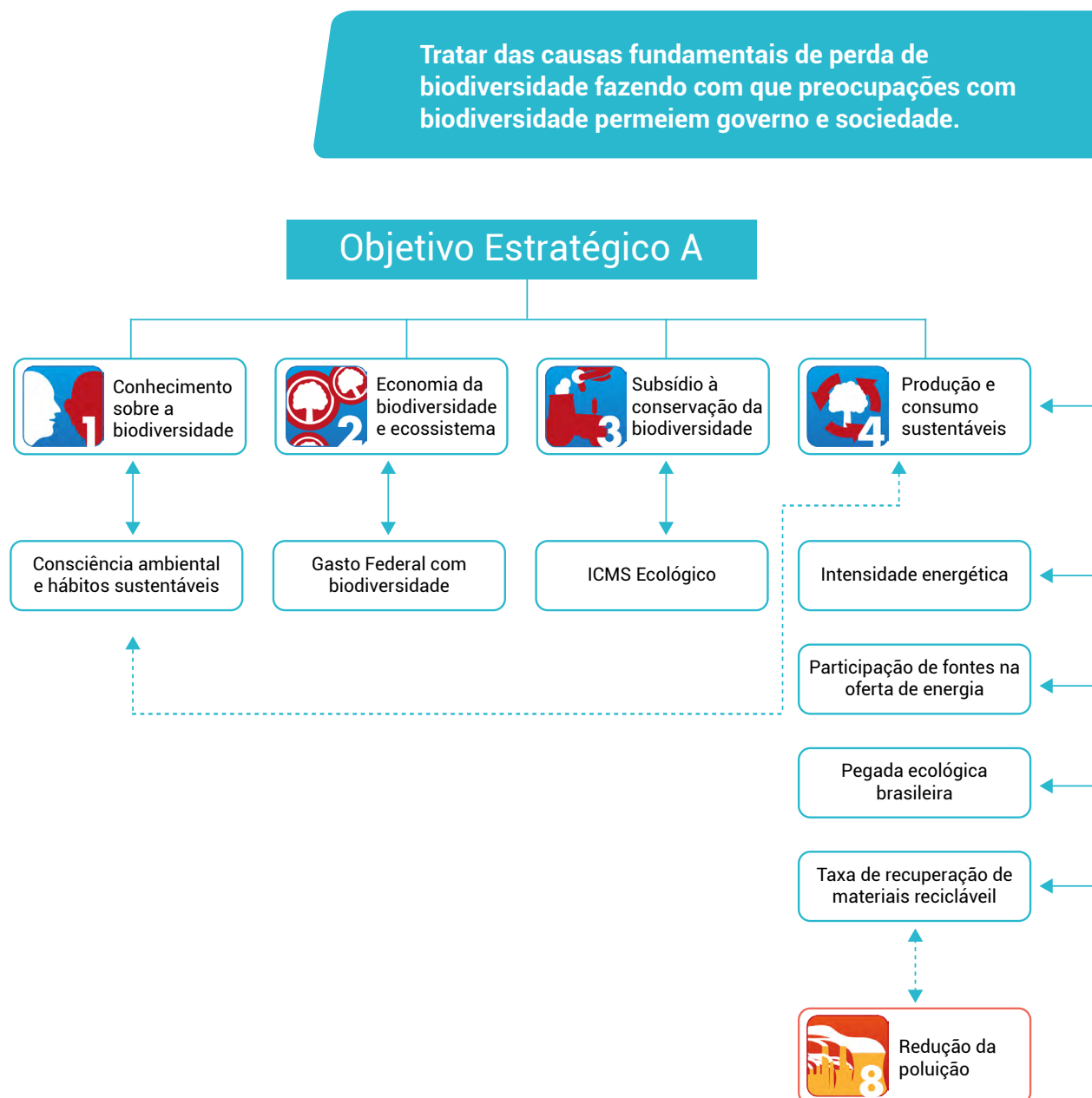


Figura 17. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico A.

“O Objetivo Estratégico A é o que apresenta **maiores dificuldades**, pois trata do modelo de desenvolvimento que prevalece hoje. Sua questão é tentar **internalizar os custos ambientais** nesse processo, incluindo o capital natural no modelo atual de desenvolvimento. Envolve uma grande **interação com a sociedade**, e o Painel-Bio, por sua capilaridade, pode ajudar a disseminar a visão de que o ambiente não é uma externalidade no modelo econômico”.



Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza
Ex-Diretor do Departamento de Ecossistemas/MMA



Meta 1:

Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.

Indicador

Consciência Ambiental e Hábitos Sustentáveis

Avalia hábitos de consumo relacionados a 4 conjuntos de questões (economia, planejamento, reciclagem e compra sustentável). Indica a proporção da população pertencente às categorias de consciência ambiental: “indiferente”, “iniciante”, “engajado” e “consciente”. Foi recomendado revisar os temas endereçados nas questões da pesquisa, afim de avaliar se há necessidade de acrescentar novas questões para abranger totalmente o tema considerando não só os hábitos de consumo, mas também o engajamento em iniciativas de conservação e uso sustentável.



Meta 2:

Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.

Indicador

Gasto Federal com Biodiversidade

Este indicador está sendo construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tendo como objetivo quantificar e acompanhar os gastos ambientais do governo federal a partir da conceituação de gasto público ambiental. A pesquisa abrange as instituições do governo federal que executam ações na esfera ambiental, com o propósito de apresentar uma medida mais abrangente e efetiva do gasto ambiental federal ao longo dos anos, com uma série histórica que deverá abranger as ações dos programas de todos os Planos Plurianuais (PPAs) até a atualidade. “Atividades ambientais” são aquelas cujo propósito primordial é o de reduzir ou eliminar pressões sobre o meio ambiente ou tornar mais eficiente o uso dos recursos naturais (Classification of Environmental Activities – CEA4).



Meta 3:

Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar a biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais.

Indicador

ICMS Ecológico (ICMS-E)

Contabilizado como o número de estados que utilizam o ICMS Ecológico, um mecanismo tributário que permite que as receitas do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) seja redistribuído entre municípios segundo critérios ambientais, como o número de Unidades de Conservação e áreas de mananciais. O ICMS Ecológico nasceu como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos, sendo também um meio de incentivar os municípios a criar ou defender a criação de mais áreas protegidas e a melhorar a qualidade das áreas já protegidas com o intuito de aumentar a arrecadação.

Desafio

O **monitoramento de subsídios perversos** e outros incentivos que afetam a biodiversidade é um grande desafio. Seu acompanhamento depende primeiramente **da identificação de setores-chave** envolvidos em atividades prejudiciais à biodiversidade. O estudo "*Incentive Measures and Biodiversity*" (GHK, 2012) oferece um guia desenvolvido pelo governo inglês para priorizar reformas de incentivos prejudiciais à biodiversidade.

Algumas **questões chave** propostas no modelo de reforma de subsídios são:

- Como as principais ameaças à biodiversidade estão relacionadas à atividade de setores econômicos específicos?
- Existem incentivos relacionados a estes setores? Esses incentivos têm impactos econômicos e ambientais?
- Existem opções viáveis de reforma destes incentivos?
- Existe apoio político para que a reforma seja feita?

Esse tipo de discussão esteve presente no white paper e na oficina do PainelBio, porém, assim como em outros países, dadas as **questões políticas** envolvidas e a necessidade de discussão e estabelecimento de procedimentos para a identificação e contabilização, não foi adotado nenhum indicador específico para acompanhar o tema de subsídios perversos.



Meta 4:

Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais.

Indicadores

Taxa de Recuperação de Materiais Recicláveis em Relação à Totalidade de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados

Expressa a capacidade de se dar uma destinação final adequada ao lixo coletado. Trata-se da relação entre a quantidade de resíduos sólidos coletados que recebem destino final considerado adequado e a quantidade total coletado, expressas em toneladas por dia (t/dia). Monitora a relação (%) entre a quantidade anual de materiais recicláveis secos recuperados, coletados por prefeituras, empresas subcontratadas, associações de catadores e outros, e a quantidade total de resíduos sólidos urbanos (RSU) nos municípios com população total acima de 100 mil habitantes.

Intensidade Energética

As variáveis utilizadas são o consumo final de energia e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiros. O indicador é constituído pela razão entre o consumo final de energia e o PIB do País, com valores encadeados a preços de 1995. O consumo final de energia é expresso na medida tonelada equivalente de petróleo (tep) e o PIB, em Reais (R\$)

Participação das Diferentes Fontes na Oferta de Energia

Avalia o impacto das principais fontes da matriz energética sobre a biodiversidade. Avaliação feita com base na participação de cada fonte e nível de impacto sobre a biodiversidade conforme estudo do Instituto Life.

Pegada Ecológica Brasileira

Indica a área necessária para atender à demanda atual dos consumidores brasileiros por recursos renováveis. A Pegada Ecológica é uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Expressa em hectares globais (gha), permite comparar diferentes padrões de consumo e verificar se estão dentro da capacidade ecológica do planeta.

3. Objetivo Estratégico B



Figura 18. Relação de indicadores - Objetivo Estratégico B.

“O Objetivo Estratégico B é o núcleo do trabalho da SBio/MMA, nosso coração”.

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Ex-Diretor do Departamento de Ecossistemas/MMA



Meta 5:

Até 2020, a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50 % (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas.

Indicadores

Número de Focos de Calor por Bioma

Monitora a ocorrência de queimadas e incêndios florestais em todo o país. As variáveis utilizadas são as ocorrências de focos de calor e o território onde eles ocorrem, podendo indicar o número e a densidade de ocorrências por territórios específicos, em um mês ou ano específico. O site do INPE permite a desagregação por bioma, Amazônia Legal, UC, TI, estado, país.

Cobertura Vegetal Nativa Remanescente

Relaciona a cobertura vegetal nativa remanescente com a área total das regiões, tendo como referência o mapa-zero do projeto PROBIO.



Meta 6:

Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites seguros, quando estabelecidos cientificamente.

Indicador

Produção Pesqueira Nacional Extrativa

Apresenta o volume (toneladas) e o valor (R\$) da produção pesqueira nacional. O volume da produção pesqueira oferece uma medida indireta da pressão do mercado sobre os estoques.



Meta 7:

Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade.

Indicador

Intensidade de Uso de Agrotóxicos

O indicador expressa a intensidade de uso de agrotóxicos nas áreas cultivadas de um território, em determinado período. Variáveis utilizadas: área plantada das principais culturas, expressa em hectares (ha), e as quantidades de agrotóxicos consumidos, discriminados segundo as principais classes

de uso (herbicidas, fungicidas, inseticidas, acaricidas e outros, que englobem bactericidas, moluscicidas, reguladores de crescimento, óleo mineral, óleo vegetal, feromônios, enxofre, adjuvantes e espalhantes adesivos), expressas em toneladas por ano (t/ano). O indicador é composto pela razão entre a quantidade de agrotóxico utilizada anualmente e a área cultivada, apresentado em kg/ ha/ano.

Produtores Cadastrados no CNPO/MAPA

Número de Produtores Orgânicos de todo o Brasil (pessoas físicas e jurídicas), com a respectiva listagem dos organismos que controlam a qualidade orgânica da produção.

Plantio Direto em Culturas Anuais

Porcentagem de área (ha) de culturas anuais fazendo uso da técnica de plantio direto. O plantio direto é um sistema diferenciado de manejo, visando diminuir o impacto da agricultura e das máquinas agrícolas (tratores, arados, etc.) sobre o solo.

Temas Polêmicos

"Os temas mais polêmicos das oficinas do PainelBio nasceram do conhecido desalinhamento entre as perspectivas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do MMA. Os principais debates em plenária abordaram temas que são as agendas mais sensíveis com a agricultura, como a questão da poluição relacionada à agroquímicos, a restauração de paisagens florestais e temas que são diretas ou indiretamente de interesse da agricultura.

Uma boa lição que se tira **desse** processo é de que não podemos ficar dizendo que a perspectiva do outro é certa ou errada, não há mais tempo para isso. Ficou claro que temos mesmo que trazer um ator divergente para o diálogo. Precisamos entender quais são as **perspectivas divergentes**, quais são as perspectivas do outro, para que possamos ajustar nossa estratégia e diminuir a resistência a ela, garantindo assim uma **maior efetividade**.

Não podemos ignorar que existe hoje no país um agronegócio com muita força política. Precisamos ser capazes de fazer a **articulação política necessária** para encontrar um meio do caminho em todas essas decisões e buscar efetivamente o diálogo.

Uma conclusão clara é que o setor privado pode e deve ser nosso parceiro nisso. Ele pode participar desse diálogo e nos ajudar a entender essa demanda que vem do MAPA, colaborando para o equilíbrio dessas duas perspectivas, considerando a força política que ele tem junto a grandes atores. Precisamos trazer o setor privado como nossos parceiros para conseguir avançar com a agenda política. "

Miguel de Moraes, Ex-Coordenador Nacional Interino do Escritório Brasileiro da UICN

**Meta 8:**

Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.

Indicador**Qualidade de Águas Interiores**

O indicador apresenta a qualidade da água em alguns corpos de água interiores (trechos de rios e represas), expressa pela Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO e pelo Índice de Qualidade de Água - IQA.

**Meta 9:**

Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas e Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle.

Indicador**Espécies Exóticas Invasoras Reconhecidas Oficialmente**

As variáveis utilizadas neste indicador são o número de espécies invasoras terrestres e aquáticas (marinhas e de água doce), de microrganismos, vegetais e animais, de alguns grupos taxonômicos. São apresentados os locais de origem das espécies invasoras, as formas e as consequências das invasões. O indicador é composto pelo número de espécies invasoras com alguma ocorrência registrada no Brasil até 31 de dezembro de 2010, ou com ocorrência fora de sua área original, no caso daquelas provenientes do próprio Brasil. A lista das espécies invasoras ainda está em construção.

**Meta 10:**

Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre os recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.

Indicador**Unidades de Conservação**

O indicador expressa a dimensão e a distribuição espacial dos territórios que estão sob estatuto especial de proteção e sintetiza a contribuição percentual dos diferentes regimes de proteção considerados, nos biomas terrestres, incluindo as áreas marinhas e costeiras e águas continentais para o alcance das metas quantitativas estabelecidas no âmbito das metas nacionais de biodiversidade. O indicador é composto pelo número e pela área, em quilômetros quadrados (km²), das Unidades de Conservação (UCs) federais e estaduais, por tipo de uso, e pela razão expressa em percentual, entre a superfície abrangida pelas UCs federais e estaduais e a superfície total de áreas territoriais em cada bioma ou região.

“Existem dois pontos fundamentais para se atingir a Meta 10:

I) fortalecer as áreas prioritárias para conservação, pois a parte marinha é absurdamente pequena, em torno de 1% da área da plataforma continental;

II) fortalecer o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO). As consolidações dos aspectos são fundamentais para que a estratégia possa atingir a Meta, pois se tratando de políticas já existentes, não é preciso criar algo novo, mas apenas fortalecer o que há”.



Milton Asmus

Presidente do Conselho do Fórum do Mar

4. Objetivo Estratégico C

Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.



Figura 19. Relação de indicadores - Objetivo Estratégico C.

“Trabalhar a questão de reduzir a extinção de espécies e sua proteção é complexo. Ainda precisamos melhorar, pois atualmente muitas Unidades de Conservação ainda estão pouco estruturadas, e a criação de novas UCs vem diminuindo o ritmo”

André Ramalho

Conselho Empresarial Brasileiro para o
Desenvolvimento Sustentável- CEBDS



Meta 11:

Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Indicador

Efetividade de Gestão

Este indicador quantifica em porcentagem relativa a efetividade de gestão das Unidades de Conservação consideradas como componentes para o alcance da meta. A avaliação da efetividade de gestão proposta no método RAPPAM busca indicar se as ações desenvolvidas atendem às necessidades das unidades de conservação avaliadas de modo a garantir que seus objetivos sejam alcançados.

“A discussão conceitual para esta meta foi muito rica. No processo foi visto que esta não é apenas uma meta quantitativa - com o objetivo de conservar 17% dos biomas terrestres, mas é também qualitativa, pois envolve aspectos como conectividade, equidade, efetividade de gestão e representatividade. Assim, seria possível que a meta atendesse um de seus aspectos, mas não atenda a todos os parâmetros relevantes”.



Maria Olatz Cases

Diretora do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica
- Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)

Discussão Conceitual

Como foram incluídas outras **medidas espaciais** de conservação na designação do termo Áreas Protegidas, como APPs e RLs, além de Terras Indígenas, os parâmetros quantitativos estabelecidos para alcançar da meta já foram atingidos. Porém, o texto da meta é claro quando estabelece ainda que áreas conservadas dependem de gestão efetiva e equitativa, demarcação e regularização fundiária, além de **integração e conectividade** na escala de paisagem. Portanto é importante haver um debate conceitual abrangente que auxilie na especificação dos conceitos associados a estes condicionantes.

Entre os conceitos discutidos, os “**regimes de proteção**”, como o Sistema de unidades de conservação (SNUC) - levando em conta áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável, e outras medidas espaciais de conservação como APPs e RLs, considera-se também que os **Territórios Indígenas** contribuem de maneira fundamental, e cada um desses regimes, quando considerados de forma integrada, atuam de forma complementar.

Como desdobramento, o Departamento de Áreas Protegidas (DAP), da SBio/MMA, contratou uma consultoria para discutir e **construir um protocolo** para medir a representatividade e o progresso para a Meta 11. Como próximos passos, deve-se orientar a implementação do SNUC em sintonia com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e com a implementação do Código Florestal e do Cadastro Ambiental Rural.



Meta 12:

Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.

Indicadores

Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção

O indicador apresenta os números de espécies da fauna e da flora extintas e ameaçadas de extinção nos biomas brasileiros. A relação das espécies e das categorias atribuídas a cada uma delas pode orientar o processo de desenvolvimento e refinamento de políticas públicas e privadas quanto à ocupação e uso do solo, às estratégias de conservação de habitats e à definição de ações que visem reverter o quadro de ameaças a estas espécies e/ou biomas.

Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção com Planos de Ação para Recuperação e Conservação

O indicador apresenta o número das espécies da fauna e flora brasileira ameaçadas de extinção, com Planos de Ação Nacionais (PANs), em relação ao total de espécies da fauna e flora brasileira ameaçadas de extinção.



Meta 13:

Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.

Indicador

Recursos Genéticos da Fauna, Flora e de Microrganismos conservados

O indicador apresenta o número de coleções vivas e bancos de germoplasma (fauna, flora e microrganismos) existentes, condição de funcionamento, número de espécies e amostras/espécies conservadas, representatividade geográfica da coleção.

5. Objetivo Estratégico D

Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.

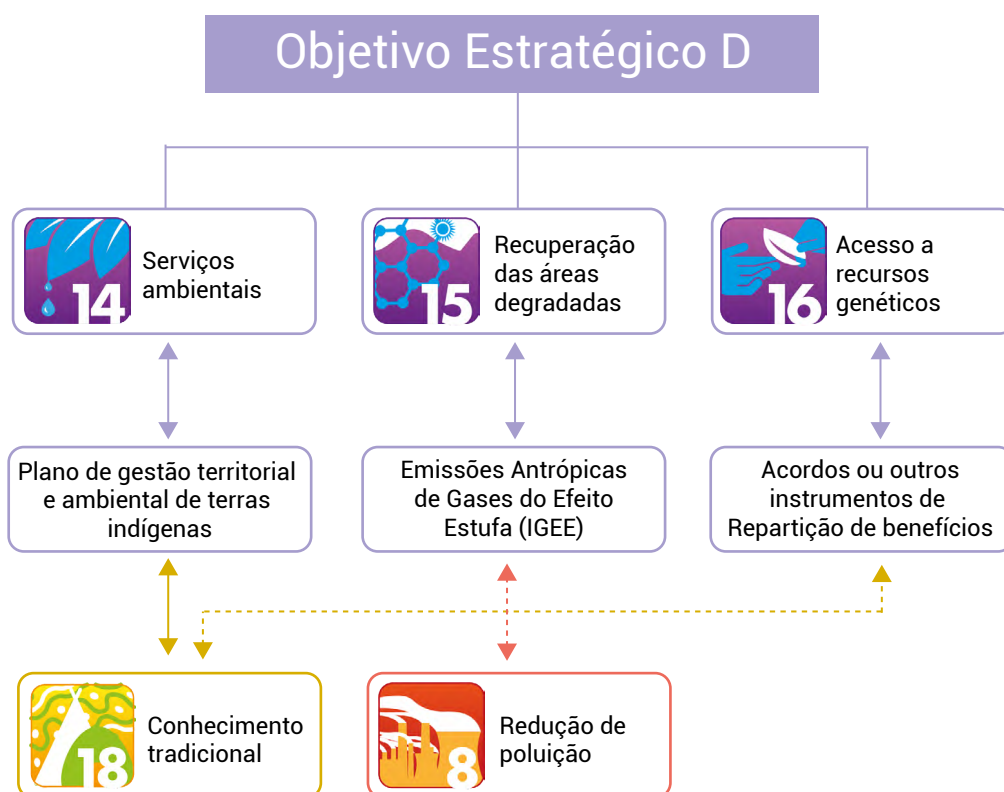


Figura 20. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico D.



Meta 14:

Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis.

Indicador

Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de Terras Indígenas

O indicador apresenta o número e área de Terras Indígenas que tem PGTA por bioma. Este indicador mede a proporção de Terras Indígenas com PGTA elaborados e/ou implementados dentre as Terras Indígenas delimitadas com portaria da FUNAI.

Questões Conceituais

Esta foi a primeira vez em que este tema e seus conceitos foram amplamente discutidos: questão como "o que se mede", "como se medir", "o que conta para a meta", "o que não irá contar", entraram em pauta. A meta do Planaveg, por exemplo, é semelhante à Meta 14, mas só conta com **restauração de floresta nativa**, enquanto a Meta Nacional conta também com silvicultura.

Em termos de preservação desses ecossistemas, o alcance da meta implica **na redução da taxa de perda em pelo menos 50%**. Em termos de uma ação de conservação, áreas protegidas deveriam abranger esses ecossistemas em pelo menos 30% na Amazônia e 17% nos demais biomas. Para recuperação, pode-se adotar o padrão da Meta 15 ou o que se prevê na Lei Florestal. Com isso, considerando-se o prazo de implementação do CAR, seriam recuperadas áreas a uma taxa de 10% ao ano a partir de 2017, resultando numa meta de 30% de recuperação, excluindo-se as áreas rurais consolidadas e as RLs de pequenas propriedades.



Meta 15:

Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação.

Indicador

Emissões de Origem Antrópicas dos Gases do Efeito Estufa (GEE)

O indicador apresenta o perfil das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes antrópicas em território nacional, dentre eles o dióxido de carbono (CO₂), o gás Metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O) e outros.



Meta 16:

Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional.

Indicador

Acordos ou Outros Instrumentos de Repartição de Benefícios

O indicador apresenta o número de acordos ou outros instrumentos de repartição de benefícios celebrados com a União, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

6. Objetivo Estratégico E

Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos.

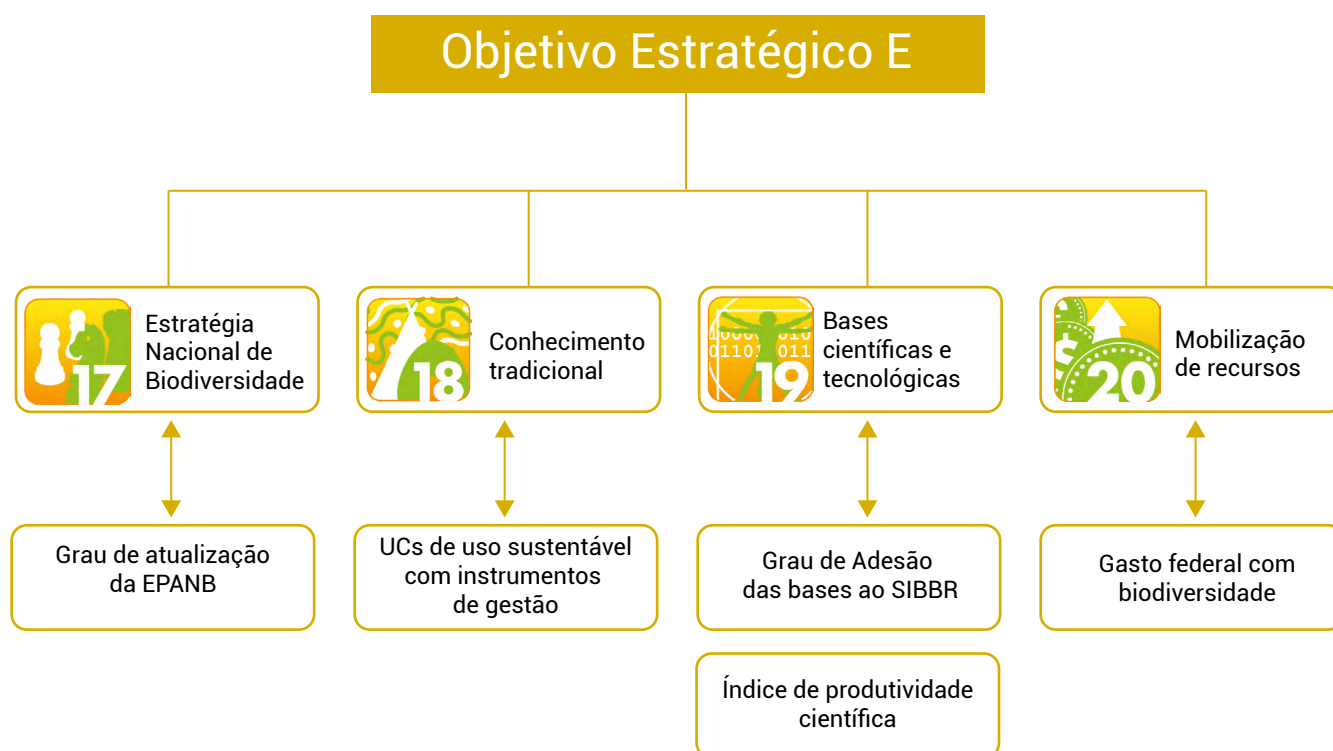


Figura 21. Relação de Indicadores - Objetivo Estratégico E.

"Há uma complexidade muito grande que deve ser considerada para esse objetivo. Não podemos criar coisas novas sem considerar o que já existe em termos de normas e legislação, pois dependemos do arcabouço legal existente para auxiliar no funcionamento da estratégia nacional".



Renata Medeiros dos Santos
Analista de Políticas e Indústria,
Confederação Nacional da Indústria - CNI



Meta 17:

Até 2014, a Estratégia Nacional de Biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverá ter monitoramento e avaliações periódicas.

Indicador

Grau de Atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais de Biodiversidade

Verifica o andamento da atualização da Estratégia, contabilizando passos completados: (i) definição das metas nacionais 2020; (ii) definição da visão de longo prazo da EPANB; (iii) definição de objetivos e metas da EPANB; (iv) elaboração do Plano de Ação; (v) desenvolvimento de indicadores; (vi) elaboração de plano de mobilização de recursos financeiros; (vii) programas de governo e parceiros da sociedade claramente identificados; (viii) envio da EPANB atualizada à CDB.



Meta 18:

Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de Povos Indígenas, agricultores familiares e comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes.

Indicador

Unidades de Conservação de Uso Sustentável com Instrumentos de Gestão

O indicador mede a proporção de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (SNUC) como Resex, RDS, e FLONA, com instrumento de gestão elaborado e implementado. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, permitem a permanência das populações tradicionais, sendo mantidas e incentivadas, bem como são permitidas as atividades econômicas de baixo impacto, essencialmente aquelas de subsistência. A elaboração e implementação dos instrumentos adequados de gestão são fundamentais para assegurar a efetividade de manejo dessas Unidades de Conservação.



Meta 19:

Até 2020 as bases científicas, e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos.

Indicadores

Grau de Adesão das Bases de Dados ao SIBBR

O SiBBr é uma plataforma online desenvolvida com o objetivo de estimular e facilitar a publicação, integração, acesso e uso da informação sobre a biodiversidade brasileira, subsidiando pesquisas e apoiando o processo de formulação de políticas públicas e tomada de decisões associadas à conservação e ao seu uso sustentável. O indicador apresenta a proporção e número de bases de dados sobre biodiversidade sistematizadas e integradas ao SIBBR. O resultado deste indicador será apresentado de forma estratificada de acordo com categorias específicas de modo a nos dar uma visão sobre o esforço necessário para o cumprimento da meta. As categorias propostas são por grupos taxonômicos e fontes/ tipos e dados.

Índice de Produtividade Científica

O indicador expressa a relação entre a produção científica e o número de pesquisadores trabalhando nas diferentes regiões do país. A apresentação dos resultados indicará também a produtividade por área e o número de pesquisadores por área do conhecimento.



Meta 20:

Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas.

Indicador

Gasto Federal com Biodiversidade

Este indicador tem como objetivo quantificar e acompanhar os gastos ambientais do governo federal a partir da conceituação de gasto público ambiental, abrangendo os gastos de instituições do governo federal que executam ações na esfera ambiental. Tem como propósito apresentar uma medida abrangente e efetiva do gasto ambiental federal ao longo dos anos, com uma série histórica que deverá abranger as ações dos programas de todos os Planos Plurianuais (PPAs) até a atualidade, sendo “atividades ambientais” aquelas cujo propósito primordial é o de reduzir ou eliminar pressões sobre o meio ambiente ou tornar mais eficiente o uso dos recursos naturais (Classification of Environmental Activities – CEA4).

Durante o ano de 2017 todos esses indicadores para o monitoramento do alcance das Metas, somados a outros que foram desenvolvidos ou aprimorados nos dois anos posteriores à finalização do processo de proposição de indicadores do PainelBio, como os indicadores do planejamento estratégico do MMA², foram analisados com base em critérios de abrangência, exequibilidade e relevância estratégica do indicador para o conjunto de Metas Nacionais de Biodiversidade. Maiores informações sobre a referida análise, as fichas técnicas dos indicadores com uma primeira avaliação, assim como informações sobre o método de monitoramento das Metas podem ser encontrados no site do MMA: www.mma.gov.br/epanb.³

O processo de definição e utilização dos indicadores das Metas Nacionais de Biodiversidade é dinâmico e será aprimorado ao longo do tempo, buscando ampliar o número de Metas representadas bem como melhorar a qualidade dos indicadores. Este aperfeiçoamento será realizado de acordo com os avanços que forem realizados tanto na própria implementação da EPANB quanto em outras iniciativas correlatas, como o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De um total de 97 indicadores, 17 estão, neste momento, aptos a serem monitorados, dos quais 14 deles são individualmente aplicáveis a uma Meta cada um e outros 3 indicadores são aplicáveis a duas metas diferentes cada um, totalizando 20 aplicações. Esses indicadores abrangem os cinco Objetivos Específicos e 12 Metas Nacionais de Biodiversidade (Figura 22). Outros 7 indicadores estão próximos de serem implementados, necessitando ainda da resolução de algumas pendências ou complementação de informações. Caso isso aconteça em breve, outras três metas (7, 16 e 20) irão contribuir para totalizar 16 metas representadas no monitoramento de indicadores da EPANB. As Metas 3, 6, 13, 14 e 18 ainda estão descobertas.

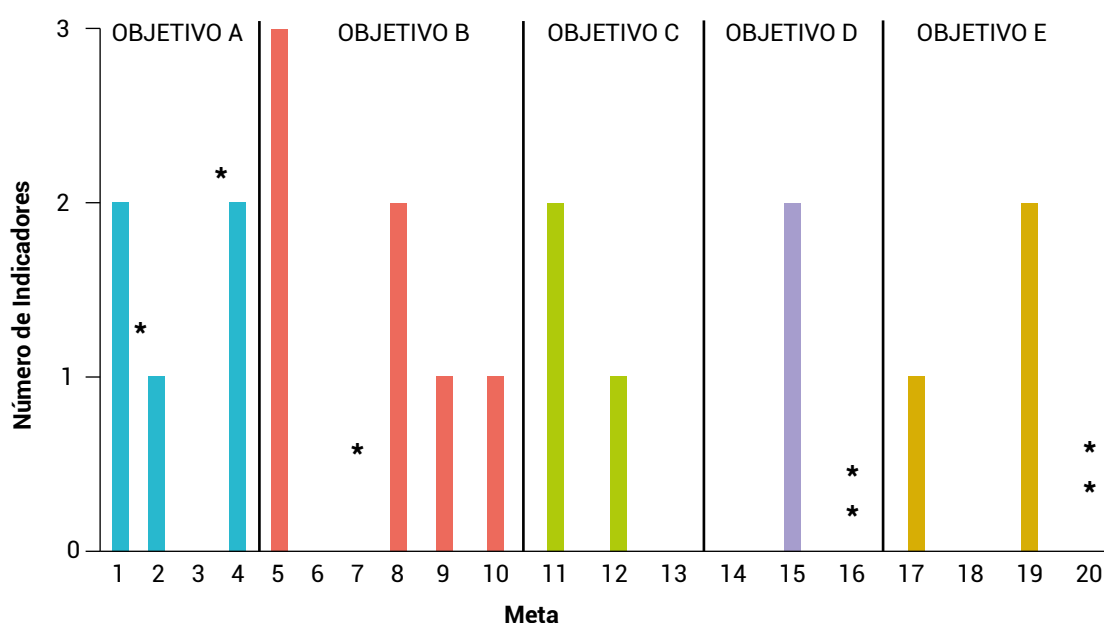


Figura 22. Frequência de indicadores por Meta de acordo com o Objetivo Estratégico no qual a mesma encontra-se inserida. Onde: * = número de indicadores que podem vir a representar a Meta em breve. (Fonte: EPANB)

² <http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gest%C3%A3o-estrat%C3%A9gica/planejamento-estrat%C3%A9gico>

³ Produtos da consultoria do Grupo Natureza, Sociedade e Conservação (NSC) no âmbito do Projeto BRA/12/G31 – Planejamento Nacional da Biodiversidade para Apoio à Implementação do Plano Estratégico da CDB 2011-2020 no Brasil.



Avanços, Desafios e Lições aprendidas

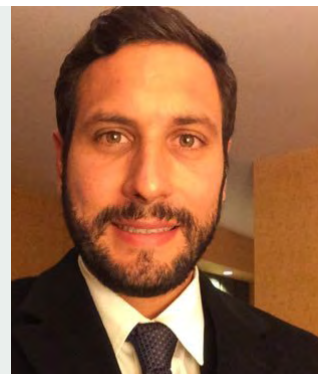
O processo de construção e atualização da EPANB mostrou-se inovador na maneira de **integrar esforços** para o alcance de um objetivo comum. As forças do modelo adotado estão na diversidade dos participantes envolvidos, no uso dos indicadores e na internalização do processo na agenda do Ministério do Meio Ambiente.

Um grande avanço obtido foi a **consolidação de um grupo multissetorial**, representativo e engajado em firmar uma estratégia nacional de biodiversidade e seu monitoramento. O envolvimento dos diversos atores nas consultas, incluindo representantes da sociedade civil, academia e setor privado foi percebido como um facilitador para o sucesso das ações propostas. Assim, também foi importante **internalizar as contribuições** de quem já realizava ações alinhadas com os objetivos estratégicos. Nesse sentido é fundamental destacar a **importância do PainelBio**, que mostrou-se um fórum de grande diversidade, consolidando o avanço desse diálogo ampliado, agregador e participativo na construção da EPANB.

Outro ponto bem-sucedido do processo foi o **uso de metas e indicadores** para avaliar políticas ambientais. O conjunto de indicadores desenvolvidos pelo PainelBio foi muito criterioso e bem discutido, abrangendo todas as metas e considerando as informações existentes disponíveis. O processo seguiu uma metodologia específica, em parceria com o *Biodiversity Indicators Partnership* (BIP), sendo escolhidos indicadores bem respaldados e legítimos, com esforço para coleta factível, viável e aproveitando esforços que já existiam. Com isso, esse modelo de trabalho torna-se parte da **agenda do MMA**, visando uma melhor conexão com as discussões internacionais.

A cooperação entre MMA e UICN foi muito interessante politicamente, pois tirou do processo o caráter de exclusividade da iniciativa governamental, colocando na secretaria executiva uma instituição que tem respaldo pela experiência e estrutura. Outro ponto relevante foi o apoio da GIZ que proporcionou um **aporte conceitual** muito rico para as discussões do PainelBio, por meio dos *white papers*.

“O processo de desenvolvimento da estratégia aqui no Brasil foi muito especial, particular e, em certo ponto, inovador. Eu realmente não conheço outro país que tenha aberto tanto espaço para um diálogo tão amplo desde a fase inicial até a consolidação da estratégia. Então, acho que o processo, como foi desenhado desde lá de trás - de chamar, de estabelecer diálogos setoriais e articular os setores e as organizações para consolidar as perspectivas desses diferentes setores, foi uma estratégia muito acertada”.



Miguel de Moraes,
Ex-Coordenador Nacional Interino do Escritório Brasileiro da UICN

“O principal avanço foi a mobilização de setores que antigamente não estavam mobilizados para o processo. Historicamente, vários segmentos da sociedade brasileira já estavam naturalmente mobilizados, mas outros ainda não. Assim, o PainelBio mostrou ser um fórum de grande diversidade e isso é um avanço muito importante”.



Helder Queiroz
Coordenador do Instituto Mamirauá

“Fica como recomendação olhar toda a documentação que o PainelBio gerou com os critérios para o estabelecimento dos indicadores. Sempre que a EPANB puder tirar proveito daquela informação será a forma mais produtiva de usar todo esse esforço. Houve um avanço na concepção de conservação da biodiversidade, abandonando um pouco a ideia de lista de espécies e passando para uma visão de serviços ecossistêmicos, ou seja, da biodiversidade ser capaz de estruturar ecossistemas saudáveis gerando serviços em benefício da natureza e da sociedade. Também houve um forte componente sobre a relação das comunidades tradicionais com a biodiversidade, que são usuários da biodiversidade e têm um papel importante na sua conservação”.



Milton Asmus
Presidente do Conselho do Fórum do Mar Desafios para o futuro

Desafios para o futuro

Após esta fase de **envolvimento efetivo dos parceiros** na nova versão da EPANB por meio do aporte de compromissos ao segundo módulo do Plano de Ação e o **refinamento dos indicadores** próximo compromisso agora é a implementação de uma estratégia de **monitoramento** do alcance das Metas Nacionais - processo que pode ser facilitado ou intermediado pelo PaineBio, e então, iniciar o monitoramento dos indicadores.

Por parte do Ministério do Meio Ambiente, os principais desafios apontados estão relacionados à articulação dos parceiros e políticas públicas, coordenar e **dar continuidade ao processo**, e manter o equilíbrio entre participação e velocidade de ação.

Para a EPANB, o maior desafio está relacionado ao seu próprio objetivo: promover o esforço de coordenação e articulação entre instituições e políticas públicas. É desafiador juntar e alinhar todas as instituições e atores envolvidos, fazendo dela um instrumento de coordenação e monitoramento de políticas públicas.

Para o PaineBio, o maior desafio é fazer com que as instituições envolvidas trabalhem de forma coordenada e o valorizem como espaço para desenvolver ações onde possam aportar recursos e dar continuidade ao processo. Outro ponto é manter o PaineBio, a longo prazo, como uma rede viva e de interesse para as instituições que dele participam.

Os principais desafios destacados pelos membros participantes do PaineBio se referiram à continuidade do processo, ligada à continuidade do fluxo de recursos, à comunicação, articulação e liderança do processo, à agilidade e às dificuldades que a ampla participação traz.

Equilíbrio entre ação e participação

Um dos principais desafios está em alcançar o equilíbrio entre ouvir os envolvidos e executar em tempo as ações. O desafio é trazer as pessoas e promover participação de modo que se sintam parte do processo, ao mesmo tempo em que se precisa **avançar com agilidade** no planejamento de ações. Assim, buscou-se um ponto de equilíbrio neste processo, que precisou abrir mão de um pouco de cada um desses aspectos.

O primeiro documento da EPANB focou apenas nas ações da SBio/MMA. Dado o caráter dinâmico e multissetorial da Estratégia, que exige atualizações periódicas, está foi conduzido um processo de adesão à EPANB das demais secretarias do MMA e suas vinculadas, além de outras instituições governamentais e não-governamentais. Dessa forma, todos os atores envolvidos na revisão da EPANB tiveram a oportunidade de complementá-la com as **ações e iniciativas de sua responsabilidade** e que compõem o Plano de Ação para a Biodiversidade, contribuindo para que o País atinja as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020.

Comunicação e Diálogo

O diálogo é fundamental tanto para a EPANB como para o PaineBio. Para que a estratégia possa de fato alcançar o seu objetivo, ela precisa necessariamente estar amparada por um diálogo que seja **amplo e transversal**, pois deve refletir uma visão estratégica também transversal, fruto da articulação e da interlocução de diferentes perspectivas, debatidas em um espaço onde encontram um lugar comum - e esse lugar é o **PaineBio**. Também é preciso destacar que para estabelecer o diálogo permanente é preciso ambiente político, recursos financeiros, e várias pré-condições, havendo a cobrança de que os setores possam ser melhor envolvidos em todos os momentos, sempre com transparência e ampla divulgação.

Ainda há um desconhecimento sobre o potencial da EPANB dentro do próprio MMA, e para lidar com isso de maneira ideal seria necessário um nível de dedicação maior do que há hoje. O ideal seria ter mais pessoas alocadas para explorar todo o potencial da EPANB como instrumento de coordenação e articulação, ponto chave para desenvolver essa demanda.

Em termos de comunicação, os participantes do PainelBio consideraram que a **primeira versão da EPANB** poderia ter circulado amplamente, mas acabou sendo restrita ao MMA. Isso ocorreu por uma decisão de se restringir a primeira versão apenas à SBio/MMA, deixando o processo de aporte dos parceiros para a segunda versão da EPANB, prevista para o início de 2017. A primeira versão foi a utilizada e apresentada à CONABIO em suas reuniões ordinárias, e ao PainelBio por ocasião da oficina para fortalecimento da EPANB. O recorte da EPANB para atingir apenas ações contidas na SBio resultou em uma sinalização negativa por parte dos parceiros envolvidos na etapa mais participativas do início do processo, gerando uma sensação de que foi consolidado um documento que não refletia a riqueza dos debates e da participação social, que por sua vez será incorporada na sua segunda versão.

Após a entrega da primeira versão da EPANB à CDB, deu-se início ao processo de adesão dos demais setores da sociedade, o que conduziu a uma ampliação do foco da EPANB, tornando-a, de fato, nacional.

"É importante deixar claro, desde o princípio, como as etapas do processo serão conduzidas, sendo transparente do início ao fim, além de dar atenção para equilibrar os grupos de interesse nos debates para que a discussão não fique enviesada".



Renata Medeiros dos Santos
Analista de Políticas e Indústria
da Confederação Nacional da Indústria - CNI

Elisa Romano
Especialista em Políticas e Indústria da
Confederação Nacional da Indústria - CNI

"Um dos desafios desse modelo é que ele traz inúmeras propostas de diversos atores. Consolidar e sintetizar essas propostas de modo que não se seja simplista, mas ao mesmo tempo atenda às estratégias no Brasil é um desafio".



Marcia Chame
Coordenadora do Centro de Informação em Saúde Silvestre e do Programa Institucional
Biodiversidade & Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

"O diálogo com o maior número possível de segmentos da sociedade e grupos de interesse na questão ambiental é importante para aumentar a viabilidade da implementação bem-sucedida de políticas públicas em meio ambiente"



Helder Queiroz
Coordenador do Instituto Mamirauá

"O PainelBio criou um cenário muito claro sobre muitos problemas de biodiversidade e de discussão de indicadores na área de nosso interesse, que é o setor marinho costeiro. Temos tirado proveito desses diálogos, trazendo para dentro das discussões da nossa instituição e tenho certeza que isso vale para todas as organizações que participaram. Ter sido exposto a um painel da situação nacional, das dificuldades e das fontes de informação, é uma oportunidade muito rica e há um benefício muito grande em participar".



Milton Asmus
Presidente do Conselho do Fórum do Mar

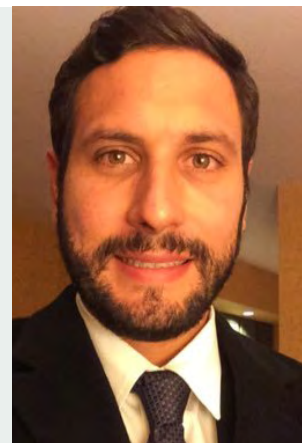
Coordenação entre Instituições

A coordenação entre múltiplos atores não acontece espontaneamente. Uma questão que sempre esteve presente durante o processo se refere a como **promover a coordenação** de esforços entre instituições e o maior envolvimento de outras organizações. Considerar a **diversidade de perspectivas** é o principal ponto para fortalecer esse tipo de estratégia, que tem que ser uma estratégia de Estado e não de governo.

No caso da articulação com organizações não governamentais, houve um grande avanço. Em geral, a organização entre governo e instituições não governamentais é feita com conversas bilaterais, mas a coordenação pelo PainelBio propiciou que as visões de diversos atores fossem alinhadas, promovendo conversas multilaterais, mostrando-se como uma grande oportunidade para sustentar esse papel.

Por parte da iniciativa privada, quem se envolve são empresas mais inclinadas à biodiversidade. No entanto, outras empresas ainda não muito participantes do debate ambiental, poderiam envolver-se, tanto para trazer o contraponto, quanto para buscar a conciliação dos conflitos.

"É importante que os parceiros do PainelBio se organizem, tenham uma agenda própria estabelecida, um planejamento estratégico, transparecendo o que os parceiros esperam que a plataforma vá fazer e se envolver, ter meios de comunicação consolidados. Isso ajudaria a garantir que o PainelBio seja de fato um espaço de diálogo permanente e não um esforço que vem sendo alimentado a bastante custo, a custo das instituições parceiras. Então, o fortalecimento dessa plataforma é fundamental para que todos possam aproveitar melhor, se engajar mais e também tirar mais desse processo"



Miguel de Moraes

Ex-Coordenador Nacional Interino do Escritório Brasileiro da UICN

"Faltou envolver o poder legislativo. Há a Comissão do Meio Ambiente em que alguns parlamentares que são afeitos à agenda, mas não participaram. Então, além de perder a oportunidade de participação deles, a implementação também pode esbarrar em questões que estão relacionadas ao poder legislativo, e vai depender de envolvê-los, exigindo um processo mais trabalhoso"



Roberto Palmieri

Secretário Executivo Adjunto, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo

"Temos políticas que poderiam ser impulsionadas em conjunto por outros Ministérios. Deve ser trabalhada uma articulação maior entre o MMA e o Ministério da Agricultura, tanto pelo Código Florestal quanto pelas Unidades de Conservação. A agricultura é a atividade que mais se relaciona com os ecossistemas, e um ecossistema conservado gera retorno em termos de produtividade agrícola. Pode ser melhorada a coordenação também com a Agência Nacional de Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o MMA. Além disso, precisamos de maior integração com o Ministério da Fazenda, envolvendo a questão financeira no processo, promovendo incentivos para melhorar o envolvimento e o alcance das estratégias".

André Ramalho

Conselho Empresarial Brasileiro para o
Desenvolvimento Sustentável - CEBDS

Coordenação entre políticas públicas e instituições

A coordenação entre políticas em geral é um problema central a ser abordado no processo, sendo a EPANB uma ferramenta poderosa para promover a coordenação entre políticas públicas para o meio ambiente.

Um desafio ligado a esse perfil de coordenação envolve os compromissos do PainelBio tornarem-se prioritários nas instituições e em seus projetos, trazendo-os para suas **agendas** para que a EPANB seja prioritária não apenas dentro do governo, mas também em ONGs e empresas.

Algumas políticas são chaves para cumprir as metas. Uma delas é a **operacionalização do Código Florestal**, que atinge tanto para as Metas de Biodiversidade quanto de Clima. Elas estão diretamente ligadas ao Código, pois este estabelece os padrões para restauração ou preservação de uma APP ou de Reserva Legal.

Outro potencial grande é viabilizar o trabalho de ter uma **Política Nacional de Serviços Ambientais**, visando restaurar APP e Reserva Legal, concedendo incentivos ao agricultor familiar para que deixe de explorar estas áreas.

Outro mecanismo que tem muito para ajudar é o **Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)**, um grande programa que busca financiar a redução do déficit de área a ser recuperada.

Temos também o **Plano Agricultura de Baixo Carbono**, que além de recuperar áreas produtivas, incentiva o desenvolvimento de sistemas integrados de agricultura e pecuária em um processo menores impactos à biodiversidade.

“Na parte da biodiversidade genética, é preciso ratificar o Protocolo de Nagoya, pois uma vez que você valoriza e prova que é possível extrair valor sem criar impactos negativamente, você ganha mais apoio”.



André Ramalho
Conselho Empresarial Brasileiro para o
Desenvolvimento Sustentável – CEBDS

“Precisamos de um diálogo mais substancial com as políticas setoriais. Por exemplo, o Ministério da Agricultura e o setor privado já desenvolveram planos concretos, mas muitos deles vão contra o que está sendo colocado na estratégia de biodiversidade. Por exemplo, o setor de mineração já recortou todo o território nacional com as autorizações de lavra futura. Enquanto isso, discutimos áreas prioritárias para a conservação sem considerar bem essas autorizações de lavra e sabendo que vamos perder muitas das brigas políticas que teremos no futuro por causa disso. Assim, se não trouxermos essas políticas setoriais - considerá-las agora no momento de lapidar a EPANB, podemos ter um problema muito emblemático de ter um documento que não reflete a realidade e que, apesar de existir, vai chegar no Congresso e vai sempre perder. Existem políticas setoriais e essas políticas setoriais precisam ser consideradas, não dá para a gente só olhar para o que o MMA está pensando em termos de áreas protegidas, em termos de gerenciamento costeiro marinho, em termos de restauração, temos que olhar para o que os setores estão pensando”.

Miguel de Moraes

Ex-Coordenador Nacional Interino do Escritório Brasileiro da UICN

“É possível estabelecer um diálogo interessante entre o processo de construção de metas do PainelBio e o processo interno das instituições participantes que também usam metas. O diálogo do PainelBio gera informações importantes para levar à minha instituição, como foi o caso das discussões sobre recuperação de áreas degradadas”.



Helder Queiroz
Coordenador do Instituto Mamirauá

"A Confederação Nacional da Indústria incorpora o tema internamente por meio da Rede de Biodiversidade da CNI, que teve como primeira ação internalizar as metas de Aichi durante a iniciativa dos Diálogos da Biodiversidade."



Renata Medeiros dos Santos
Analista de Políticas e Indústria
da Confederação Nacional da Indústria - CNI

Elisa Romano
Especialista em Políticas e Indústria da
Confederação Nacional da Indústria - CNI

"A EPANB pode ser usada como um bom mapa para ver qual instituição está trabalhando com o que. Por exemplo, quais parceiros estão trabalhando com PSA ou quem trabalha ligado a iniciativas do governo."



Robson Luiz Capretz
Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

Liderança e Mediação

Em termos de liderança, atualmente o MMA está à frente do processo da EPANB, e é importante que continue **estimulando o papel do PainelBio** junto a outras instituições, sendo essencial haver parceiros para manter o processo vivo. Fica o desafio de identificar e promover entre os atores envolvidos aqueles que serão lideranças para a manutenção desse processo no futuro.

Há também uma dificuldade implícita do processo: realizar uma boa mediação e conciliar os diferentes pontos de vista. Quando é feita uma consulta pública, e interessante ter todas as opiniões visando a construção de um documento mais completo, porém, ao mesmo tempo, encontram-se barreiras para **conciliar as diferentes perspectivas** e até uma resistência em aprovar determinadas escolhas. Nesse sentido existe a necessidade de promover e sustentar, ao longo do tempo, o processo de articulação de setores de modo a permitir que a consolidação da estratégia reflita toda a diversidade de perspectivas existentes.

A outra dificuldade é de **articulação interministerial**, que depende muito da liderança do Ministério do Meio Ambiente para estabelecer uma interação forte com vários outros Ministérios e agendas.

“Faltou delinear que o que se fazia era um processo que não seria restrito à SBio. No começo do processo não havia ficado claro como seria o envolvimento das outras organizações e de outros ministérios. Faltou delinear o processo para deixar claro que não estava sendo feita uma EPANB restrita ao MMA e à SBio. Como lições, ficam dois pontos:

- (I) É imperativo ter um planejamento de longo prazo para o processo como um todo. Uma estratégia de estruturação da EPANB desde o início facilita a integração de outras instituições. Hoje temos problemas em conseguir muitas adesões de instituições que não identificam espaço de contribuição no documento que foi estruturado como um documento interno da SBio.
- (II) É importante ter o envolvimento da mais alta direção no processo para que haja maior poder de coordenação, delegação e convocatória”.

Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza

Ex-Diretor do Departamento de Ecossistemas/MMA

Continuidade do Processo

Um desafio central envolve **promover e sustentar ao longo do tempo** o processo de articulação de setores e seus segmentos, de modo a permitir que o processo de consolidação da estratégia reflita toda a diversidade de perspectivas existentes, e que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade estejam de fato internalizados nas ações de todos os setores da sociedade.

A visão sobre uma estratégia brasileira de biodiversidade deve comportar, necessariamente, algumas visões diferentes. Promover e sustentar um processo que permita criar e sustentar esses espaços é um grande **desafio político e financeiro**.

O desafio é garantir **continuidade para um processo transversal** que deve dialogar com os diferentes segmentos do governo e da sociedade como um todo, tendo, porém, a capacidade de manter uma consistência de visão e estratégia, mesmo com mudanças políticas e de atores-chave.



Conclusão

A Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) é fruto de um esforço direcionado para um planejamento estratégico coordenado que promova ações para atingir as Metas Nacionais de Biodiversidade.

Espera-se que a divulgação da EPANB e sua implementação, bem como as ações nela previstas, possam orientar iniciativas de coordenação e sinergia entre instituições e políticas, identificando possíveis contribuições e colaborações entre iniciativas, que de outra maneira não conseguiriam explorar o potencial de coordenação entre elas.

A principal preocupação do Ministério do Meio Ambiente é que todos os setores - governamental, acadêmico, empresarial e sociedade civil, estejam envolvidos com a conservação da biodiversidade, de modo que o tema esteja na pauta do planejamento de todos. É fundamental que a sociedade e as instituições estejam atentas à existência de indicadores sobre as questões ambiental e socialmente relevantes.

A ênfase no trabalho dos indicadores baseia-se na premissa de que, por facilitar o entendimento de questões complexas ao traduzi-las em valores quantitativos comparáveis, contribuem para que soluções sejam tanto cobradas como desenvolvidas, pois identificar e mensurar aquilo que deve ser melhorado é um passo central.

Construir a EPANB brasileira é um desafio. O processo tem sido desenvolvido ao longo de várias etapas e é marcado pela construção coletiva a partir de um diálogo multissetorial amplo e participativo, que contempla necessidades, dificuldades e interesses de todos os atores envolvidos.

Os avanços alcançados até aqui e os desafios que estão por vir indicam que as conservações da biodiversidade do Brasil, bem como sua representatividade na escala mundial, ganharam um significado substancial e abrangente, que determina a urgência da formulação e da implementação de políticas públicas para o meio ambiente focadas no alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade.

Agora é preciso avançar na implementação e no monitoramento das EPANB, contando com o esforço e a participação de todos os setores da sociedade, de forma a animar e manter vivo o processo, que visa assegurar a conservação da biodiversidade e a melhoria da recuperação da qualidade ambiental.



BIP (Biodiversity Indicators Partnership), Guidance for national biodiversity indicator development and use. Cambridge, UK: UNEP World Conservation Monitoring Centre, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBio. Quarto Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Planejamento Nacional da Biodiversidade para Apoio à Implementação do Plano Estratégico da CDB 2011-2020 no Brasil. Minuta da EPANB atualizada. Brasília: MMA, 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Subsídios para um Plano de Ação Governamental e Diretrizes para o PPA 2016-19: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Brasília: MMA, 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade – EPANB: 2016-2020. Brasília: MMA, 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. 5º relatório nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Coordenador Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza. Brasília: MMA, 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Relatório Final - "Transversalização da perspectiva de gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". Grupo de Trabalho de gênero. Junho de 2016.

GHK - IEEP (Institute for European Environmental Policy). Incentive Measures and Biodiversity – A Rapid Review and Guidance Development - Volume 3 – Guidance to identify and address incentives which are harmful to biodiversity, pelo Department for Environment, Food & Rural Affairs (Defra - UK), 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Brasil, 2012.

Leadley, P.W, et al.: Progress towards the Aichi Biodiversity Targets: An Assessment of Biodiversity Trends, Policy Scenarios and Key Actions. Technical Series. Montreal, Canada: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2014.

Lemos, CMY. Dialogue on biodiversity: Building the Brazilian Strategy for 2020. Aichi Targets Newsletter 2011, Volume 1, Issue 2, page 5. 2011.

Machado, F. S. et al. Metas brasileiras de biodiversidade para 2020: exemplo de construção participativa no marco da Convenção de Diversidade Biológica – CDB/ONU. Bahia Análise & Dados, v. 22, n. 3, 2012.

PNIA (Painel Nacional do Meio Ambiente) Referencial Teórico, composição e síntese dos indicadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Global Biodiversity Outlook 3. Montréal, 2010.

Secretariat of the Convention on Biological Diversity. NBSAP training modules version 2.1 – Module 1. An Introduction to National Biodiversity Strategies and Action Plans. Montreal, 2011.

TEEB, A Quick Guide: The Economics of Ecosystems and Biodiversity for Local and Regional Policy, 2010. UICN, WWF-BRASIL e IPÊ. Biodiversidade Brasileira: análise de situação e oportunidades, documento-base. Brasília, DF: UICN, WWF-BRASIL e IPÊ, 2011.

UICN, WWF-BRASIL e IPÊ. Metas de Aichi: Situação atual no Brasil. Ronaldo Weigand Jr; Danielle Calandino da Silva; Daniela de Oliveira e Silva. Brasília, DF: UICN, WWF-Brasi e IPÊ, 2011.



Chapada do Araripe/CE. Foto: Paulo de Araújo/MMA.

Anexo A - Resolução CONABIO nº 6, 2013



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE
SEPN 505 Bloco "B" 4º andar Sala 416– Ed. Marie Prendi Cruz – 70730-542 – Brasília/DF
Fone e Fax: (61) 2028-2028, e-mail: conabio@mma.gov.br, <http://www.mma.gov.br/conabio>

Resolução CONABIO n.º 06, de 03 de setembro de 2013

*Dispõe sobre as Metas Nacionais de
Biodiversidade para 2020*

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no Art.10 do Anexo da Portaria nº 153, de 23 de junho de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, e

Considerando que a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994;

Considerando a decisão X/2 da CDB que estabeleceu o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020, incluindo as Metas de Aichi de Biodiversidade, e que estabelece em seu parágrafo 3, que as Partes e demais Governos, com o apoio de organizações intergovernamentais e outras, conforme o caso, deverão implementar o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020;

Considerando que a decisão X/2 da CDB em seu parágrafo 3b solicita a elaboração de metas nacionais e regionais, utilizando o Plano Estratégico e suas Metas de Aichi como marco flexível, de acordo com prioridades e capacidades nacionais;

Considerando que a decisão X/2 da CDB em seu parágrafo 3b solicita ainda que as metas nacionais e regionais deverão levar em conta tanto as metas globais quanto a situação e tendências da diversidade biológica no país, e os recursos provenientes da estratégia de mobilização de recursos, visando contribuir para os esforços globais de realizar as metas globais;

Considerando que a necessidade do Governo Brasileiro estabelecer as metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, atendendo à solicitação da CDB;

Considerando os Artigos 2º e 6º do Decreto no 4.703, de 21 de maio de 2003, que atribui à CONABIO a competência para promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB no país;

Resolve:

Art. 1º Adotar as metas nacionais de biodiversidade para 2011-2020, de acordo com o anexo, e propor a sua implementação pelo Poder Público Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



ROBERTO BRANDÃO CAVALCANTI
Secretário de Biodiversidade e Florestas
Presidente da CONABIO

1) Histórico

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com diversas instituições ambientais, lançou, em 2011, a iniciativa **“Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020”**. A iniciativa teve como principal objetivo estabelecer, de forma participativa, as metas nacionais de biodiversidade relacionadas ao Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção sobre Diversidade Biológica. Durante o ano de 2011 foram realizadas cinco grandes reuniões de consulta presenciais, além de inúmeras reuniões de preparação e qualificação junto a cinco setores da sociedade: setor empresarial, sociedade civil ambientalista, academia, governo (federal e estadual) e povos indígenas e comunidades tradicionais. Durante essas reuniões, os setores elaboraram propostas de metas nacionais de biodiversidade de acordo as visões e necessidades específicas dos setores, levando em consideração as 20 Metas Globais de Biodiversidade, conhecidas como “Metas de Aichi”.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos nas reuniões setoriais, foram gerados 25 documentos (5 para cada uma das 5 reuniões), com propostas de metas nacionais de biodiversidade para o período 2011-2020 e de submetas intermediárias para serem alcançadas ao longo de 2013 a 2017. Todas as propostas foram consolidadas em um único documento, chamado de **“Documento base da consulta pública”**.

Esse **Documento** foi colocado para consulta pública no site do Ministério do Meio Ambiente durante o período de 19 de dezembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012. A consulta pública teve como objetivo obter mais contribuições da sociedade brasileira para a elaboração das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, além de uma análise crítica sobre as metas que já haviam sido propostas pelos setores consultados.

Tomando como ponto de partida esses subsídios, a CONABIO discutiu as metas nacionais durante cinco reuniões ordinárias: 47ª Reunião, de 26 de abril de 2012, 48ª Reunião, de 27 de junho de 2012; 49ª Reunião, de 20 de agosto de 2012; 51ª Reunião, de 25 de abril de 2013; e 52ª Reunião, de 26 e 27 de junho de 2013; além de uma reunião extraordinária, a 15ª, de 01 de junho de 2012;

Ao final da 52ª Reunião, aprovou-se a versão final do texto das metas nacionais apresentado na seção 2 e a proposta de elaboração de texto de apoio com considerações da CONABIO a respeito do histórico do processo e da implementação das metas aprovadas apresentadas na forma de princípios para a internalização e implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020, apresentado na seção 3.

2) Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020

Objetivo Estratégico A - Tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade fazendo com que preocupações com biodiversidade permeiem governo e sociedade
Meta Nacional 1: Até 2020, no mais tardar, a população brasileira terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderá tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.
Meta Nacional 2: Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, conforme o caso, e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria.
Meta Nacional 3: Até 2020, no mais tardar, incentivos que possam afetar à biodiversidade, inclusive os chamados subsídios perversos, terão sido reduzidos ou reformados, visando minimizar os impactos negativos. Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente e em conformidade com a CDB, levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais.
Meta Nacional 4: Até 2020, no mais tardar, governos, setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão adotado medidas ou implementado planos de produção e consumo sustentáveis para mitigar ou evitar os impactos negativos da utilização de recursos naturais.
Objetivo estratégico B - Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável
Meta Nacional 5: Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50 % (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas.
Meta Nacional 6: Até 2020, o manejo e captura de quaisquer estoques de organismos aquáticos serão sustentáveis, legais e feitos com aplicação de abordagens ecossistêmicas, de modo a evitar a sobre exploração, colocar em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros, quando estabelecidos cientificamente.
Meta Nacional 7: Até 2020, estarão disseminadas e fomentadas a incorporação de práticas de manejo sustentáveis na agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, assegurando a conservação da biodiversidade.
Meta Nacional 8: Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.
Meta Nacional 9: Até 2020, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras deverá estar totalmente implementada, com participação e comprometimento dos estados e com a formulação de uma Política Nacional, garantindo o diagnóstico continuado e atualizado das espécies e a efetividade dos Planos de Ação de Prevenção, Contenção, Controle.
Meta Nacional 10: Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral e demais ecossistemas marinhos e costeiros impactados por mudanças de clima ou acidificação oceânica terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.

Objetivo estratégico C: Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética
Meta Nacional 11: Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.
Meta Nacional 12: Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada.
Meta Nacional 13: Até 2020, a diversidade genética de microrganismos, plantas cultivadas, de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de espécies de valor socioeconômico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a perda de variabilidade genética.
Objetivo estratégico D: Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos
Meta Nacional 14: Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades locais, e de pobres e vulneráveis.
Meta Nacional 15: Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecoregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação
Meta Nacional 16: Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacionalizado, em conformidade com a legislação nacional.
Objetivo estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação
Meta Nacional 17: Até 2014, a estratégia nacional de biodiversidade será atualizada e adotada como instrumento de política, com planos de ação efetivos, participativos e atualizados, que deverá prever monitoramento e avaliações periódicas.
Meta Nacional 18: Até 2020, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades Tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável da biodiversidade, e a utilização consuetudinária de recursos biológicos terão sido respeitados, de acordo com seus usos, costumes e tradições, a legislação nacional e os compromissos internacionais relevantes, e plenamente integrados e refletidos na implementação da CDB com a participação plena e efetiva de Povos Indígenas, agricultores familiares e Comunidades tradicionais em todos os níveis relevantes

Meta Nacional 19: Até 2020 as bases científicas, e as tecnologias necessárias para o conhecimento sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e sobre as consequências de sua perda terão sido ampliados e compartilhados, e o uso sustentável, a geração de tecnologia e inovação a partir da biodiversidade estarão apoiados, devidamente transferidos e aplicados. Até 2017 a compilação completa dos registros já existentes da fauna, flora e microbiota, aquáticas e terrestres, estará finalizada e disponibilizada em bases de dados permanentes e de livre acesso, resguardadas as especificidades, com vistas à identificação das lacunas do conhecimento nos biomas e grupos taxonômicos.

Meta Nacional 20: Imediatamente à aprovação das metas brasileiras, serão realizadas avaliações da necessidade de recursos para sua implementação, seguidas de mobilização e alocação dos recursos financeiros para viabilizar, a partir de 2015, a implementação, o monitoramento do Plano Estratégico da Biodiversidade 2011-2020, bem como o cumprimento de suas metas.

3) Princípios para internalização e implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020

- i. Promover, no âmbito da Conabio, sempre que necessário, a definição dos conceitos utilizados no enunciado das metas, com o intuito de estabelecer, de modo claro e objetivo, o entendimento adotado, inclusive por meio da formação de grupos de trabalho, consultas a especialistas e realização de seminários técnicos;
- ii. Propor o estabelecimento, no âmbito da Conabio, dos critérios de análise e os indicadores de avaliação do processo de implementação das metas, de forma participativa com diferentes setores da sociedade;
- iii. Propor a implementação das metas nacionais de biodiversidade 2011-2020 de maneira coordenada com uma estratégia nacional e um plano de ação para conservação e uso sustentável da biodiversidade, reconhecendo os esforços e as políticas relacionadas com as metas nacionais;
- iv.a. Estimular a adoção de incentivos com vistas à implementação das metas;
- iv.b. Estimular o estabelecimento de legislações e regulamentações, com vistas à implementação das metas;
- v. Considerar uma ampla agenda, compreendendo ações interinstitucionais e multidisciplinares a serem desenvolvidas por diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, além dos diversos setores da sociedade;
- vi. Considerar as especificidades de cada bioma e macro região geopolítica do país, com vistas a balancear riscos efetivos aos ecossistemas remanescentes, viabilidade tecnológica, aspectos econômicos, sociais e ambientais, observados os Zoneamentos Ecológicos–Econômicos;
- vii. Incentivar a permanente geração, atualização e incorporação de conhecimentos técnico-científicos no processo de implementação das metas;

Anexo B – Sugestões resultantes das oficinas do GT de Equidade de Gênero

Alguns pontos gerais sugeridos pelo grupo foram: inserção da justificativa da importância da atuação das Mulheres na conservação e uso da biodiversidade no texto da EPANB; criação de um Grupo de Trabalho de Mulheres e Biodiversidade para compor o PainelBio com o objetivo de aprofundar e garantir a transversalidade de gênero nas ações da EPANB; no caso dos indicadores, a desagregação dos dados e estatísticas por sexo. Já em relação às Metas Nacionais para a Biodiversidade, foram incluídas algumas ações e objetivos específicos sobre gênero:

Quadro. Proposta de ações em relação ao gênero a serem incluídas nas Metas Nacionais.

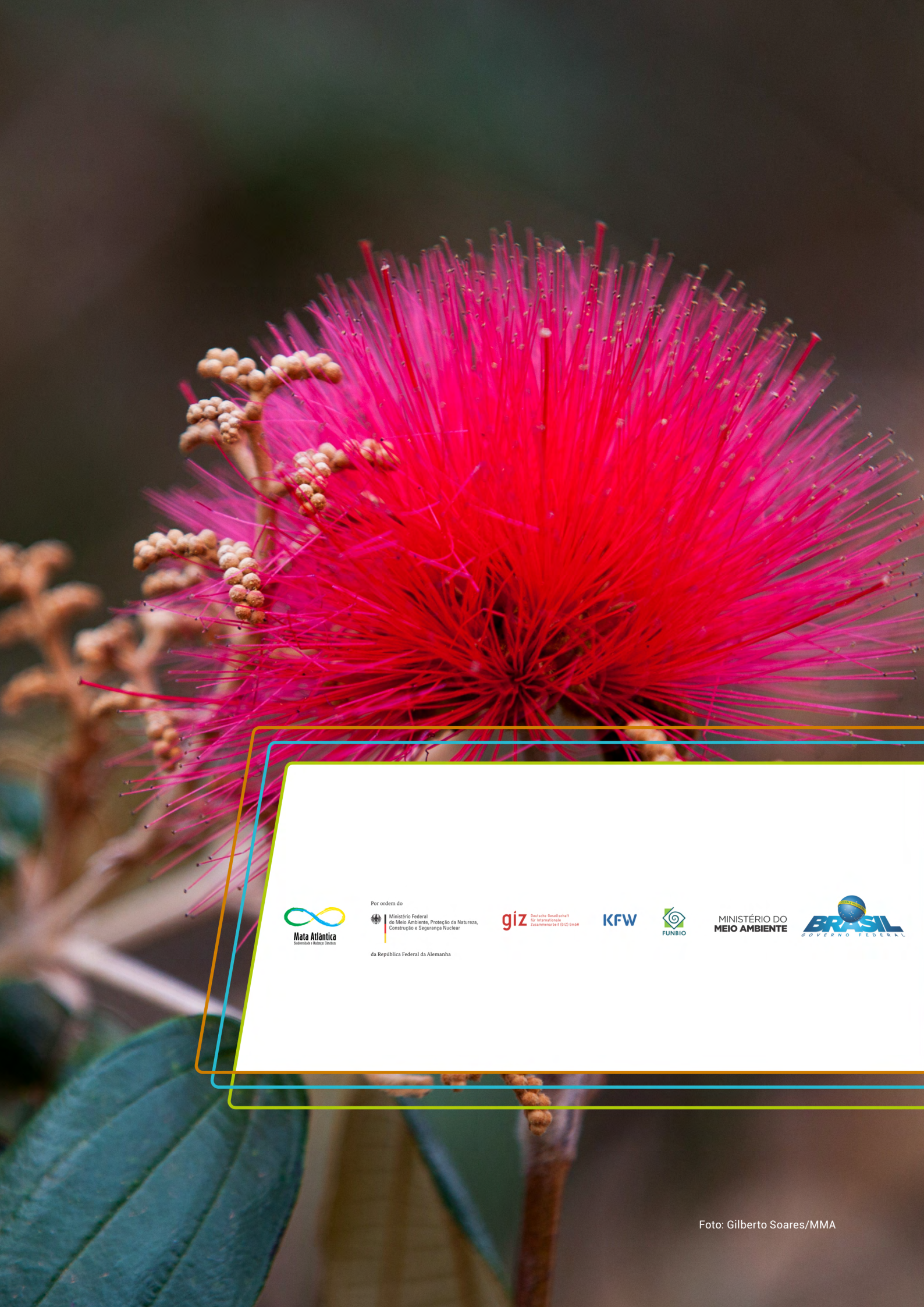
Meta Nacional	Temática	Propostas de Ação
Meta1	Conhecimento da biodiversidade	Elaboração de material de comunicação por e para mulheres considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades locais e tradicionais
		Elaboração e implementação de um Programa de Capacitação, com financiamento de bolsas para mulheres atuarem como multiplicadoras
Meta 3	Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade	Fortalecer e ampliar o programa de garantia de preços mínimos (PGPM – Bio) da cadeia de produtos da Biodiversidade.
Meta 4	Planos de produção e consumo sustentáveis	Promover a valorização do consumo consciente dos produtos da sociobiodiversidade
Meta 7	Práticas de manejo sustentáveis	Implementar Lei de ATER (12 188/20120) com especial atenção a equidade de gênero


Fonte: Relatório Final -"Transversalização da perspectiva de gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". Grupo de Trabalho de gênero. Junho de 2016.

Quadro. Proposta de ações em relação ao gênero a serem incluídas nas Metas Nacionais. (continuação)

Meta Nacional	Temática	Propostas de Ação
Meta 16	Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização	Revisão da lei 13.123/15 e seu Decreto em consulta com povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a ampla participação das mulheres, em conformidade com o Artigo 8J da CDB e Protocolo de Nagoya.
		Criação de mecanismos de repasse direto de recursos para os projetos de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando o enfoque de equidade de gênero.
		Criação de editais específicos para projetos de povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando o enfoque de equidade de gênero.

Fonte: Relatório Final -"Transversalização da perspectiva de gênero na Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade". Grupo de Trabalho de gênero. Junho de 2016.



Por ordem do
 Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza,
Construção e Segurança Nuclear
da República Federal da Alemanha

giz Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

KFW



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

